

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRO

Elaborado especialmente para o processo de Recuperação Judicial do **GRUPO PAULETTO**, tendo sido deferido o pedido de processamento da **Recuperação Judicial - Autos nº. 0043565-27.2023.8.16.0021**, em 11 de dezembro de 2023, o qual tramita perante o Juízo da **1ª Vara Cível da Cidade de Cascavel, Estado do Paraná**, de acordo com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, em atendimento aos artigos 53 e seguintes

Parecer Técnico sobre a Viabilidade Econômica do Plano de Recuperação Judicial – PRJ, em conformidade com o artigo 53, inciso III, da Lei nº 11.101/05 e suas alterações pela Lei 14.112/20.

GRUPO PAULETTO

1 – METALÚRGICA PAULETTO LTDA

2 – PAULETTO, PAULETTO & CIA LTDA.

3 – M. LANGARO CONSTRUÇÕES LTDA.

**4 – MOACIR AFONSO PAULETTO – PRODUTOR
RURAL.**

**5 – MARCIA LANGARO PAULETTO - PRODUTORA
RURAL.**

CASCADEL- PR – 31 de janeiro de 2024.



SUMÁRIO

Sumário

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	3
1.1 PREMISSAS.....	4
2. INTRODUÇÃO.....	6
TAXAS DE JUROS BÁSICAS – HISTÓRICO.....	55
3.2. SOBRE O INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	57
3.3 METODOLOGIA ADOTADA.....	58
3.4 FONTES DE INFORMAÇÕES.....	59
4.0 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	60
4.1 OBJETIVOS DO PLANO.....	60
4.2 CARACTERÍSTICAS E PREMISSAS BÁSICAS DO PRJ.....	60
4.3 MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO.....	61
4.4 ÁREA COMERCIAL.....	61
4.5 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	62
4.6 ÁREA FINANCEIRA.....	62
4.7 OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA.....	63
4.8 LEILÃO REVERSO.....	63
5. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES.....	64
5.1 QUADRO GERAL DE CREDORES INICIAL.....	66
5.2 PROJEÇÃO DE RECEITAS - QUADRO DEMONSTRATIVO.....	67
5.3 PROJEÇÃO DE RECEITAS.....	67
5.4 PROJEÇÃO DE 15 PAGAMENTOS ANUAIS.....	68
5.5 ANÁLISE.....	69
6. ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA.....	72
6.1 OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS PROJETADOS.....	73
6.2 DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PRJ.....	74
7 CONCLUSÃO.....	76
8 PREMISSAS PROJEÇÕES.....	77
8.1 PREMISSAS UTILIZADAS NAS PROJEÇÕES PARA OS ANOS: 01 AO 15.....	77
9 FLUXO FINANCEIRO PROJETADO 15 ANOS.....	80



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

O presente laudo técnico tem por objetivo analisar a viabilidade do **Plano de Recuperação Judicial – (PRJ)** do **GRUPO PAULETTO**, que é composto pelas empresas abaixo qualificadas, devidamente inscritas nos seguintes CNPJ;

1) CNPJ/MF n. 82.646.472/0001-80 (**METALURGICA PAULETTO LTDA**), localizada em Cascavel/PR, na Rua Pedro Luiz Boaretto,415, na cidade de Cascavel, Paraná.

2) CNPJ/MF n. 08.728.066/0001-04 (**PAULETTO, PAULETTO & CIA**), localizada em Cascavel/PR, na Rodovia BR 369, KM 523, Núcleo Industrial Cataratas, na cidade de Cascavel, Paraná.

3) CNPJ/MF n. 26.296.377/0001-23 (**M. LANGARO CONSTRUÇÕES LTDA**), localizada em Cascavel/PR, na Rua Erechim,269, sala 203, bairro Centro na cidade de Cascavel, Paraná.

4) CNPJ/MF n. 52.836.497/0001-86 (**MOACIR ALFONSO PAULETTO – PRODUTOR RURAL**), localizada em Cascavel/PR, RODOVIA MS 386 Amambai a Tacuru, KM11, bairro Area Rural na cidade de Amambai, Mato Grosso do Sul.

5) CNPJ/MF n. 52.836.333/0001-59 (**MARCIA LANGARO PAULETTO – PRODUTORA RURAL**), localizada em EST VELHA AMAMBAI/ IGUATEMI, KM 30, Bairro Area Rural na cidade Amambai, Mato Grosso do Sul.

as empresas acima mencionadas, entraram com pedido de Recuperação Judicial, sendo deferido seu processamento em **11 de dezembro de 2023**, pela meritíssima Juíza da Cidade de CSCAVEL - PR, Exma. Dra. Samantha Barzotto Dalmina e reconhecidas como grupo econômico denominado: GRUPO PAULETTO, tendo concedido também sua consolidação substancial no mesmo despacho do deferimento do processamento da RJ.

As empresas do grupo requerente, doravante poderão ser mencionadas neste laudo, simplesmente como **RECUPERANDAS** ou **GRUPO PAULETTO**.



1.1 PREMISSAS

I – Considerando que o GRUPO PAULETTO, enfrentava dificuldades econômicas e financeiras e estava se tornando incapaz de pagar suas dívidas;

II – Considerando que, por essa razão, o GRUPO PAULETTO, ajuizou um pedido de recuperação judicial (em 21 de novembro de 2023) nos termos da Lei de Falências e Recuperações Judiciais, devendo submeter um Plano de Recuperação Judicial - PRJ (**doravante denominado apenas PRJ**) à aprovação de credores e homologação judicial, dentro do que estabelece a Lei nº 11.101/2005 e suas alterações pela Lei nº 14.112/2020;

III – Considerando que o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) cumpre os requisitos contidos no art. 53 da Lei de Falências e Recuperações Judiciais, eis que pormenoriza os meios de recuperação do GRUPO PAULETTO, demonstrando sua viabilidade;

IV – Considerando que, por força do **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRJ, o GRUPO PAULETTO**, busca superar sua crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a suas atividades empresariais, manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos e renegociar o pagamento de suas dívidas, de forma a atender aos interesses de seus credores;

V – Considerando que o GRUPO PAULETTO, submeterá o referido **PRJ** à aprovação da assembleia geral de credores, a ser convocada nos termos do art. 56 da Lei de Falências e Recuperações Judiciais e à homologação judicial;

Tem-se, assim, como premissas do presente parecer técnico:

➤ Analisar as medidas operacionais e as premissas que nortearam a elaboração do Plano de Recuperação Judicial e o conjunto de demonstrativos financeiros projetados que refletem as medidas adotadas dentro do PRJ, incluindo as receitas, custos, despesas operacionais, os pagamentos aos seus credores, e os futuros fluxos de caixa e que refletem as medidas de recuperação que serão adotadas;

➤ Emitir um parecer técnico sobre o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), identificando a sua viabilidade econômico-financeira que deverá acompanhar o Plano



de Recuperação Judicial (PRJ), tudo de acordo com que estabelece a Lei nº 11.101/05 (Lei de Falências e Recuperação de Empresa (LFR) – artigo 53).

O Plano de Recuperação Judicial, (PRJ) foi preparado pela direção do GRUPO PAULETTO, em conjunto com a empresa contratada, **PS – SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI – ME**, especializada neste segmento, com a participação dos seus assessores jurídicos e consultores financeiros, apresentando as seguintes características básicas, com destaque para as medidas de recuperação propostas.



2 INTRODUÇÃO

A **PS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI – ME**; auxiliou o profissional abaixo na confecção e avaliação técnica do presente Laudo de Avaliação Econômico-Financeiro do Plano de Recuperação Judicial - PRJ, confeccionado estritamente para o Processo de Recuperação Judicial do GRUPO PAULETTO:

1) As recuperandas contrataram o profissional: PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, contador com registro profissional no CRC/PR – Conselho Regional de Contabilidade do Paraná sob o número CRC-PR 045.147/O-5, através de sua empresa, P S DE ARAÚJO ESCRITÓRIO CONTÁBIL – ME, CNPJ 20.815.128/0001-10, para elaboração deste trabalho

O profissional analisou também as medidas a serem adotadas, bem como as condições operacionais da empresa e ouviu a manifestação dos seus sócios sobre a continuidade da empresa em observância às diretrizes explicitadas no PRJ de forma a viabilizar economicamente a Recuperação Judicial.

Dentro do **PRJ** referido, encontram-se as projeções do demonstrativo de resultado (obviamente, expectativas e projeções) elaborados pela empresa, com a colaboração dos seus consultores financeiros.

As proposições que compõem o **PRJ** foram elaboradas pela direção do GRUPO PAULETTO e seus assessores jurídicos e pessoal contábil administrativo / financeiro das empresas, tudo de acordo com as disposições contidas na Lei nº 11.101/05 (Lei de Falências e Recuperação de Empresa - LFRE).

A análise e elaboração de Parecer Técnico visa:

- i) demonstrar a viabilidade econômica e financeira do **PRJ** apresentado;
- ii) a capacidade de pagamento de todos os credores e a recuperação da saúde financeira da empresa.

O parecer inclui análise e comentários sobre os pontos fundamentais do Plano de Recuperação (**PRJ**) e as suas principais características, incluindo os demonstrativos financeiros apresentados com a expectativa dos resultados esperados pelo Fluxo de Caixa Projetado, com o deságio no período proposto, baseados em seus históricos de faturamento e o firme propósito de busca de resultados positivos, partindo do



pressuposto que estes envidarão seus melhores esforços ao alcance das expectativas aqui expostas.

O Plano de Recuperação Judicial (**PRJ**), bem como todas as informações fornecidas para a elaboração deste laudo, são por premissas, consideradas boas e válidas, apesar de não terem sido efetuadas análises jurídicas, auditorias ou perícias para a validação destas informações, usando apenas os números dos relatórios gerenciais e fiscais informados pela **RECUPERANDA**.

Conforme o nosso melhor entendimento, todos os dados e informações contidas no PRJ, nos demonstrativos financeiros históricos e projetados e nas informações adicionais recebidas são de inteira responsabilidade dos gestores do **GRUPO PAULETTO**.

Este parecer é documento sigiloso, absolutamente confidencial, ressaltando-se que não deve ser utilizado para outra finalidade que não seja o encaminhamento ao Juízo da Recuperação Judicial, juntamente com o referido Plano de Recuperação Judicial (PRJ), não servindo como base para negociações ou *VALUATION* da **RECUPERANDA**.

Apesar de estar detalhadamente descrito no PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRJ a ser apresentado, traremos neste laudo a íntegra do histórico da Recuperanda.

3.GRUPO PAULETTO

3.1 HISTÓRICO DA ATUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS REQUERENTES.

O Grupo Pauletto iniciou a sua trajetória a mais de 30 anos e fruto de um espírito empreendedor cresceu e diversificou suas atividades, atualmente atua com grande sucesso em três segmentos:

- Indústria Metalúrgica – Fabricação de estruturas metálicas
- Construção Civil – Construção de prédios, casa e condomínios
- Produção Rural – Agropecuária

Para que possamos conhecer e entender a trajetória deste importante grupo empresarial, se faz necessário contar um pouco da história de vida do Moacir Pauletto,



fundador e principal dirigente do Grupo Pauletto e de sua esposa e sócia, que o acompanha nestes últimos 25 anos, Marcia Langaro Pauletto.

Moacir Pauletto, natural do município de Xaxim/SC, oitavo filho de uma família de 9 irmãos. Perdeu seu pai muito jovem e sendo uma família numerosa e de pouco ou quase nenhum recurso e motivados pelas dificuldades, em 1968, mudaram-se para o município de Nova Santa Rosa já no estado do Paraná, não tendo a família conseguido se fixar na cidade, logo depois em 1970, mudaram-se novamente, desta vez para o município de Céu Azul, onde Moacir arrumou o seu primeiro emprego com apenas 7 anos de idade, fato inaceitável e com proibição legal para os dias atuais, mas comum e necessário para época, uma vez que todos da família de Moacir tinham que ajudar no sustento da casa.

O primeiro emprego de Moacir foi em uma fábrica de vassouras, junto com seus irmãos, já suas irmãs trabalhavam nos serviços domésticos em casas de famílias da cidade. Mais tarde, com aproximados 9 anos de idade, Moacir foi trabalhar na empresa Metalúrgica Viapana, a qual determinaria o seu futuro profissional. No início começou trabalhando na lavagem de peças, limpeza de banheiros e serviços gerais, porém observando a sua dedicação e determinação, o Senhor Viapana, proprietário da empresa, começou a oportunizar um crescimento profissional, tratando Moacir quase que como um filho e com apenas 15 anos de idade, Moacir já era encarregado da produção da empresa, estando sob seu comando funcionários com mais do que o triplo da sua idade. Este crescimento, fruto do seu desempenho e incansável vontade de progredir e contribuir para que a sua família tivesse uma vida melhor.

O tempo passou e por ser a Metalúrgica Viapana uma empresa que não comportaria um crescimento profissional e financeiro melhor, Moacir optou por pedir demissão do emprego e se colocar à disposição para obter um bem remunerado emprego na construção da Usina de Itaipú, uma vez que a condição na época era de que para ser contratado a pessoa obrigatoriamente deveria estar sem nenhum registro ativo em sua carteira de trabalho, ou seja, desempregado.

Os meses foram se passando e a esperada oportunidade não apareceu e Moacir decidiu-se para, com apenas 19 anos, ir morar em Cascavel e por lá arrumar um emprego dentro da sua área de trabalho, a metalurgia.



Chegando lá, rapidamente conseguiu um emprego da ainda existente Metalúrgica Vanzin, onde foi trabalhar com a fabricação de estruturas metálicas, tanques de ferro e alumínio e perfilados em geral.

Em muito pouco tempo Moacir foi promovido a encarregado e assumiu logo em seguida a gerência geral da produção.

Com o seu espírito empreendedor e por ter chegado no limite do seu crescimento profissional na Metalúrgica Vanzin, decidiu-se por sair da empresa e em sociedade um colega de trabalho da Vanzin, abriram a empresa Pauletto e Vaska - Metalúrgica VASPA.

No início, com poucos recursos, transportavam suas peças em uma carretinha construída pelo próprio Moacir, com peças compradas de um de ferro velho.

FOTO DA MODESTA SEDE DA EMPRESA:



A então Metalúrgica Vaspa, fabricava estruturas metálicas e com muito trabalho e dedicação, prosperaram rapidamente e com pouco tempo de existência já compraram um terreno e edificaram a primeira sede própria da empresa, um modesto barracão com 600 m², porém uma grande conquista para um empreendedor vindo de uma origem humilde e com pouco estudo, afinal na época Moacir teve que escolher entre estudar ou trabalhar, e



a necessidade o obrigou a optar pelo trabalho, tendo estudado apenas até a 8ª série do ensino fundamental.

A sociedade com o antigo colega de trabalho, durou até 1992, quando, após muito pensarem, decidiram-se por separar a empresa e dividi-la da melhor forma possível e logo chegaram os bons termos e assim procederam.

Moacir com a parte que lhe cabia, fundou a Metalúrgica Pauletto, e assim nascia a primeira empresa do GRUPO PAULETTO.

O início da Metalúrgica Pauletto se deu em um pequeno barracão industrial de sua propriedade e mais tarde comprou um terreno no Núcleo Industrial, próximo ao endereço no qual funcionam atualmente as empresas do GRUPO PAULETTO.

FOTO DE JORNAL DA ÉPOCA COM O DESCERRAMENTO DA FAIXA INAUGURAL DO NÚCLEO INDUSTRIAL DE CASCAVEL:



A Metalúrgica Pauletto apresentou um acelerado crescimento alicerçado pelo bom atendimento a seus clientes e produtos de extrema qualidade, além de uma pontualidade de



entrega impecável. Todos estes predicado reunidos, fizeram com que a empresa participasse de inúmeras obras de porte considerável.

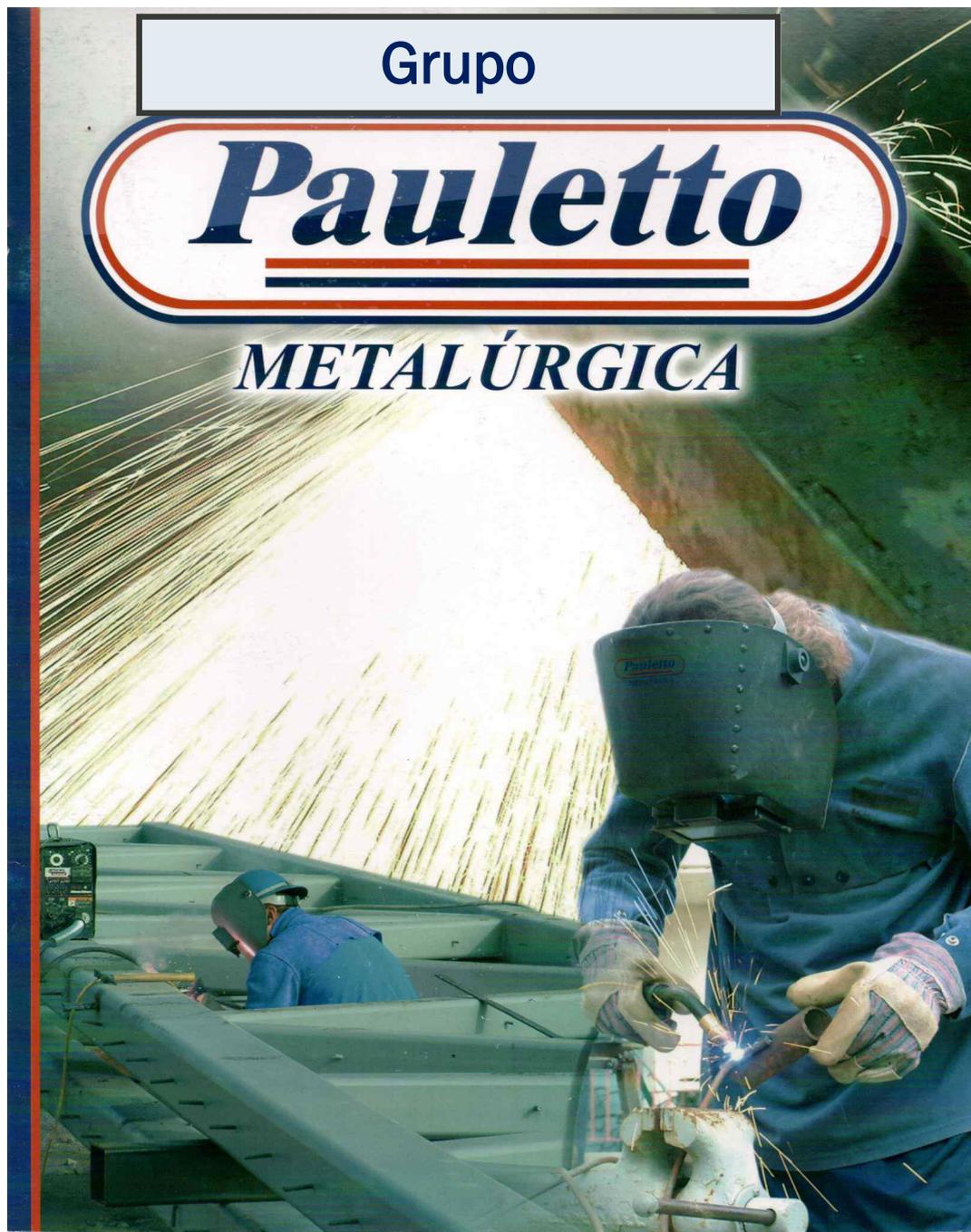
Em torno do ano 2000 foi fundada a empresa PAULETTO & CIA, com o exclusivo foco de atender as inúmeras obras conquistada da SADIA ALIMENTOS.

Já a empresa M. LANGARO foi fundada em 2016 por iniciativa de Marcia Langaro Pauletto, esposa e sócia do Moacir, e tem como principal objetivo a construção civil de empreendimentos mais populares voltados para atender o público que busca financiamento através do Programa MINHA CASA MINHA VIDA.

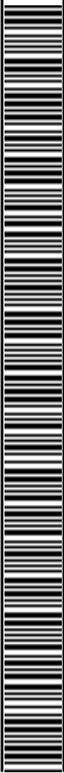
No ano de 2005, por ter uma atividade correlata a construção civil, a Metalúrgica Pauletto entrou no ramo e passou a construir prédios de apartamentos, lojas comerciais e condomínios. Em especial construiu o Prédio Vila Piazza, com 33 apartamentos, sendo 31 de 250 m2 e dois duplex de 400 m2, além de 3 salas comerciais e em 2015 iniciou a obra do Edifício Vila Serena, o qual encontra-se em fase final de acabamento, estando 85% construído e totalmente averbado. Tendo ainda 16 unidade para a comercialização.

Para que se tenha uma visão da importância do Grupo Pauletto para toda a região, apresentamos algumas das principais obras executadas pelas empresas do GRUPO PAULETTO:





Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do T.JPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5FE LNTL7 64UTJ KE8C3





Localização privilegiada
1 quadra da Av. Brasil
Baixo custo condomínio
Fachada pastilhada
Pronto para morar

10 Terrenos com 4.590m²
Condomínio fechado

LOTEAMENTO ALAGADO EM TRÊS BARRAS - PR

EDIFÍCIO VILLA SERENA

Condomínio fechado
Ambiente seguro
Localizado no bairro Coqueiral
Opções de sobrados de 98m² a 127m²

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VALE DO SOL EM CASCAVEL- PR

PAULETTO Construtora

PLANTÃO DE VENDAS
(45) 9 9133-3391 - (45) 3222-0031
www.grupopauletto.com.br

CONSULTE AQUI VALORES DE VENDA





FAG - Faculdade Assis Gurgacz | Ginásio de Esportes | Cascavel PR | 10.995,00m²



FAG - Faculdade Assis Gurgacz | Clínica de Fisioterapia | Cascavel PR | 2.146,00m²





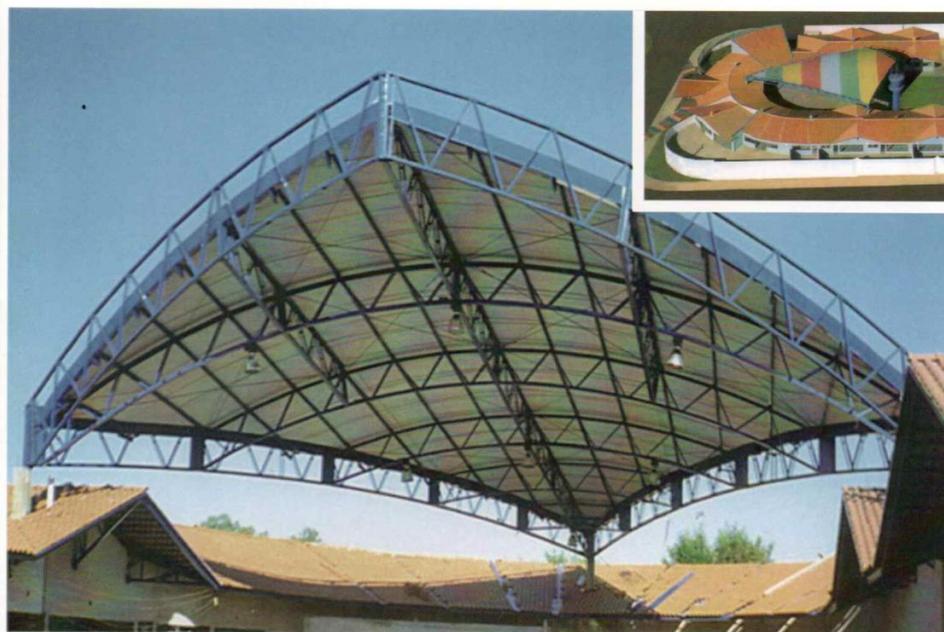
Atacado Liderança | Cascavel PR | 5.888,00m²



Indústria Belplast | Cascavel PR | 2.238,66m²

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5FE LNTL7 64UTJ KE8C3



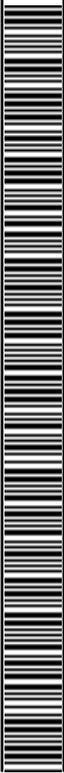


UEL | Creche | Londrina PR | 1.842,00m²



Unidade Cosan | Oficina, Vestiário, Escritório, Depósito | Jataí GO | 11.419,58m²

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5FE LNTL7 64UTJ KE8C3





Copacol Casa da Caldeira | Cafelândia PR | 967,21m²



Copacol Câmara Fria | Cafelândia PR | 4.311,37m²





Globoaves | Refeitório | Cascavel PR | 3.167,44m²



Diplomata | Incubatório | Realeza PR | 2.739,51m²





Lojas Havan | Cascavel PR | 2.628,43m²



Portal Veículos | Cascavel PR | 1.342,00m²



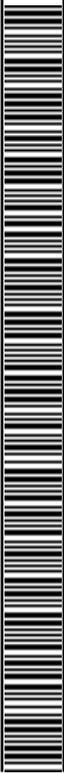
Cotrasa | Cascavel PR



**Irani Supermercados | Pq. Verde
Cascavel PR | 3.886,10m²**



Irani Supermercados | Av. Brasil | Cascavel PR | 8.076,39m²





Construtora Sial | Purina - Fábrica de Premix | Cascavel PR | 2.965,17m²



Terminal Rodoviário de Itajaí SC | 8.364,25m²



Moinho Tradição | Cascavel PR | 1.500m²



Posto de Combustível



JL Shopping | Estacionamento | Cascavel PR | 6.161,00m²





Nova Cascavel | Indústria de Plástico | Cascavel PR | 6.225,00m²



Terra Mate | Cascavel PR | 1.681,00m²



Erva Mate Laranjeiras | Cascavel PR | 4.721,15m²





Colégio Marista | Ginásio | Cascavel PR



Ginásio de Esportes | Lindoeste PR | 1.760,00m²



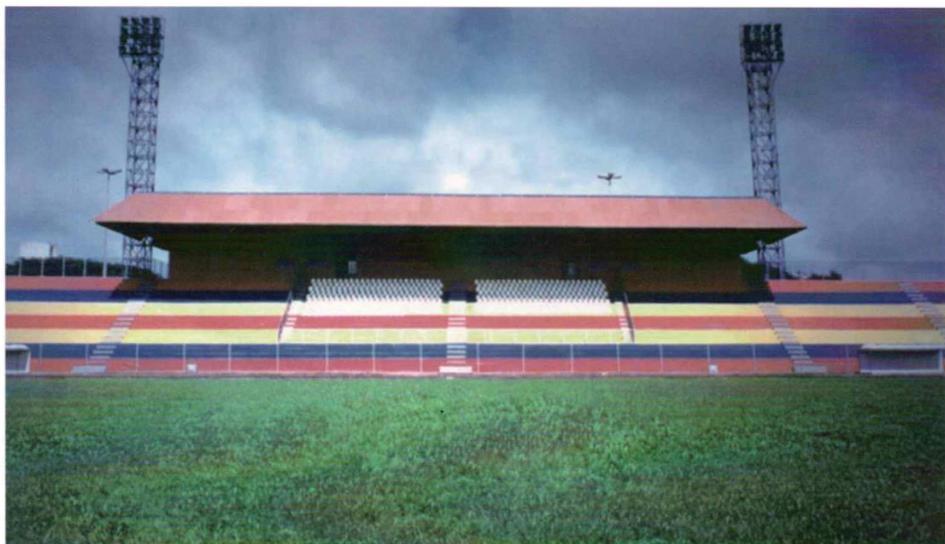
Ginásio de Esportes | Cascavel PR | 1.069,49m²

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5TM-VR79A-WJBD9-KQCZA





Clube Comercial | Piscina Térmica | Cascavel PR | 1.272,79m²



Estádio Municipal | Marechal Cândido Rondon PR | 1.377,43m²





Aeroporto Internacional de Porto Velho RO | 9.619,50m²



Aeroporto Internacional de Londrina PR | 3.545,00m²



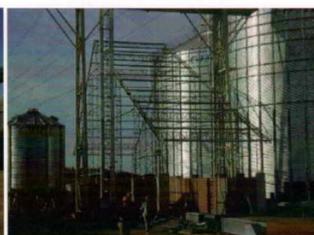
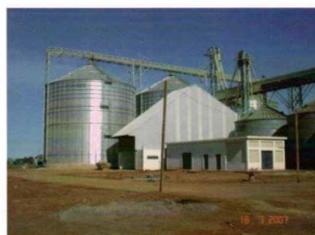


Sadia | Incubatório de Aves | Dois Vizinhos PR | 6.088,38m²



Sadia | Vestiário e Refeitório | Brasília DF | 6.185,63m²

Sadia | Torre de Resfriamento
Paranaguá PR



Sadia | Tombador | Brasília DF | 434,42m²

Sadia | Pipe Rack | Toledo PR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5TM-VR79A-WJBD9-KQCZA

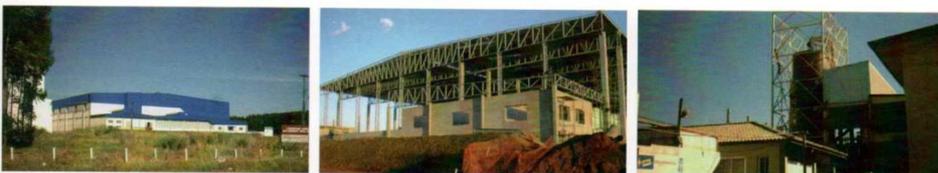




Sadia | Fábrica de Empanados | Toledo PR | 6.576,73m²



Sadia | Ampliação Fábrica de Hambúrguer | Várzea Grande MT | 7.574,57m²



Sadia | CD - Centro de Distribuição | Uberlândia MG | 7.265,24m²

Sadia | Extração de Óleo
Toledo PR | 394,28m²



Sadia | CD - Centro de Distribuição | Ponta Grossa PR | 4.932,30m²





Sadia | Ampliação Abatedouro de Perus | Francisco Beltrão PR | 6.294,28m²



Sadia | Abatedouro de Aves | Brasília DF | 8.430,32m²



Sadia | Incubatório de Aves | Brasília DF | 8.996,06m²

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5TM-VR79A-WJBD9-KQCZA





**Irmãos Bocchi | Depósito de Adubo
Santa Izabel do Oeste PR | 2.844,97m²**



**Irmãos Bocchi | Moega
Santa Izabel do Oeste PR | 824,16m²**

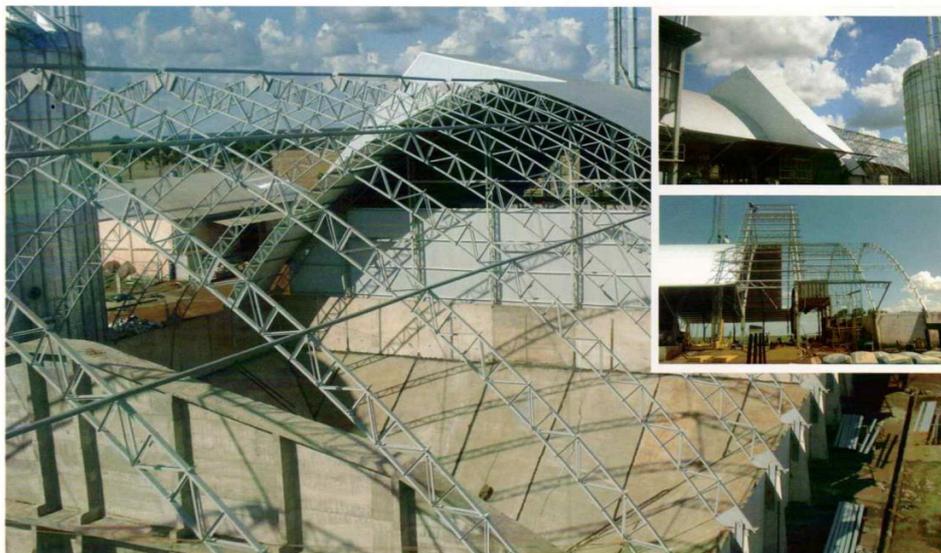


Irmãos Bocchi | Graneleiro | Santa Izabel do Oeste PR | 7.987,84 m²

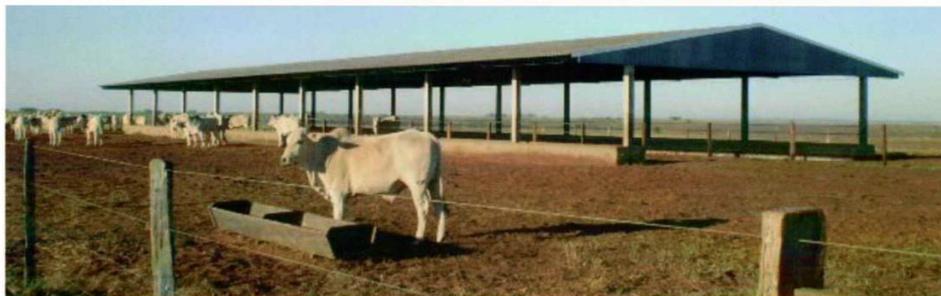


Irmãos Bocchi | Graneleiro | Sorriso MT | 2.970,00 m²





I. Riedi | Graneleiro - Moega - Tombador - Fornalha - Balança | Pérola Independente PR | 4.982,43m²



Barracão para confinamento de gado | 16,75X54,00m



Barracão para confinamento de gado | 14,00X40,00m

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5TM-VR79A-WJBD9-KQCZA



Pauletto
METALÚRGICA



Disponibilizamos de frota própria



Pilares pré-moldados **Jato de Granalha** **Cortes e dobras**



Indústria | Ponte Rolante | Estoque

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5TM-VR79A-WJBD9-KQCZA



Também fazem parte do GRUPO PAULETTO, como produtores rurais, o Moacir Pauletto e sua esposa Marcia Langaro Pauletto, os quais exercem suas atividades que incluem a cadeia produtiva completa da pecuária, ou seja, a cria, a recria e engorda de gado.

As atividades de produtor rural são exercidas nas fazendas de propriedade do GRUPO PAULETTO, tendo sido adquirida a primeira no ano de 2010 e logo alguns anos mais tarde foi adquirida uma segunda fazenda, já tendo como parte de pagamento algumas unidade de apartamentos do Edifício Vila Piazza. Além destas duas fazendas ainda a sócia Marcia arrenda terras para comportar a quantidade de cabeças de gado produzidas pela atividade.

A seguir algumas imagens que ilustram a atividade agropecuária exercida pelo GRUPO PAULETTO, nas pessoas físicas como produtores rurais de Marcia e Moacir.

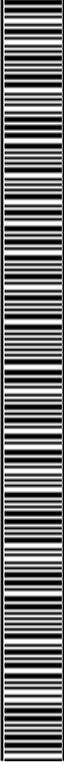




Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5TM-VR79A-WJBD9-KQCZA



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J5TM-VR79A-WJBD9-KQCZA







Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P:J5TM VR79A WJBD9 KQCZA



ESTRUTURA FAMILIAR:

Moacir é casado com Marcia a 25 anos, tiveram um filho e Moacir teve duas filhas do relacionamento anterior:

- Bruno Langaro Pauletto - Formando em Engenharia Civil.
- Suelen Alessandra Pauletto – Arquiteta.
- Jaqueline Evelin Pauletto – Advogada.

Todos trabalham no GRUPO PAULETTO.

Como descrito acima o GRUPO PAULETTO surgiu do espírito empreendedor da família PAULETTO e nos mais de 30 anos de atividade, além de gerar muitos empregos, sempre honraram com seus compromissos e de forma determinada, realizaram inúmeras obras e construções proporcionando um incalculável benefício social e econômico a toda a comunidade de Cascavel e região.

EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

As empresas do GRUPO PAULETTO, nestes mais de 30 anos de tradição sempre prezaram por uma situação financeira sólida e dentro de uma postura conservadora, porém os percalços causados pelas oscilações políticas que nosso país passou em 2016 e 2017, e em especial a crise financeira de proporções globais, causada pela Pandemia originada pelo COVID 19 e suas nefastas consequências e terríveis desdobramentos, como a elevação dos custos dos insumos em especial as commodities agrícolas, com impacto direto na atividade rural e a disparada dos preços do ferro, aço, cimento e demais produtos básicos para a construção civil, além da elevação da taxa de juros a qual praticamente paralisou as vendas de imóveis, criando uma crise sem precedentes no segmento e freando quase que totalmente o início de novas obras de grande porte, as quais são o segmento atendido pelas estruturas metálicas produzidas pelo GRUPO PAULETTO.

Para que possamos discorrer sobre as causas concretas da crise econômico-financeira, passaremos a apresentar algumas matérias veiculadas na mídia, as quais irão ilustrar os fatos acima mencionados, separados por segmento de atuação do GRUPO PAULETTO:



METALURGIA E CONSTRUÇÃO CIVIL:

Matéria veiculada no site do **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:**

LINK: <https://www.metalcampinas.org.br/2008/12/18/setor-metalurgico-e-o-mais-afetado-pela-crise-economica-mundial/>

Notícias

Setor metalúrgico é o mais afetado pela crise econômica mundial.

Com a crise econômica e a conseqüente queda nos investimentos das empresas, o setor metalúrgico foi o mais atingido. Segundo a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), a indústria paulista demitiu mais de 34 mil trabalhadores em novembro. Ainda de acordo com o levantamento, as empresas ligadas ao setor automotivo, como a de autopeças, estão entre as que mais demitiram.

O impacto da crise na nossa região:

O Sindicato deve realizar somente neste mês de dezembro cerca de 1.050 homologações. Um número quase 100% maior que o registrado no ano passado, quando foram feitas 570 homologações. Mas cabe lembrar que o número de demissões na nossa base é bem maior que o de homologações, visto que passam pelo Sindicato para homologar apenas os trabalhadores com mais de 12 meses de registro em carteira na empresa. Sobre os demais, que são muitos por causa da alta rotatividade, não há registros.

Matéria veiculada no site da agência CBIC – CAMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

LINK:<https://cbic.org.br/aumento-no-preco-dos-insumos-e-o-maior-problema-da-construcao-ha-24-meses/>



Aumento no preço dos insumos é o maior problema da Construção há 24 meses

Sondagem: Pelo oitavo trimestre consecutivo, a falta ou o alto custo dos insumos é o principal problema da Construção



Brasília, 25/07/22 – A falta ou o alto custo dos insumos continua sendo, pelo oitavo trimestre consecutivo, o principal problema da construção. A taxa de juros elevada e a falta ou o alto custo de trabalhador qualificado também são destaques. As informações fazem parte do estudo “Desempenho Econômico da Indústria da Construção – segundo trimestre de 2022”, divulgado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), nesta segunda-feira (25), em coletiva de imprensa. Participaram do levantamento mais de 400 empresas.

O evento contou com a participação do presidente da CBIC, José Carlos Martins, da economista da entidade, Ieda Vasconcelos, e do gerente-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Telles, que apresentou a Sondagem da Indústria da Construção.

Segundo a pesquisa, a falta ou o alto custo de matéria-prima foi o principal problema citado por 47,7% dos empresários. A taxa de juros elevada foi destacada por 29,8% dos entrevistados. Já a falta ou alto custo de trabalhador qualificado foi relatada por 20,3%.

De acordo com Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), realizado pelo Fundação Getúlio Vargas (FGV), os três insumos que mais sofreram aumentos nos custos entre julho de 2020 a junho de 2022, foram: vergalhões e arames de aço ao carbono



(99,60%), tubos e conexões de ferro e aço (89,43%) e tubos e conexões de PVC (80,62%).
Veja mais na apresentação.

EXPECTATIVA PARA O PIB

A CBIC aumentou, pela segunda vez consecutiva em 2022, a projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Construção Civil. Segundo a economista da entidade, o ciclo de negócios em andamento, iniciado nos últimos dois anos, tem garantido o ritmo de atividade do setor. Para o segundo semestre é aguardado, também, um maior impacto do ritmo de atividades originário das famílias, com pequenas obras e reformas.

Ieda ainda mencionou que as novas medidas para o Programa Casa Verde e Amarela proporcionarão efeito positivo na atividade do setor, e poderão começar a ser sentidos nos últimos meses deste ano. No entanto, de acordo com ela, o setor ainda está longe de recuperar as perdas dos anos anteriores. “Pelo segundo ano consecutivo a Construção crescerá acima da economia nacional. Entretanto, mesmo considerando a alta de 3,5% do em 2022, o setor ainda registra queda em seu PIB de 23,44% no período 2014 a 2022”, disse.

Para o presidente da CBIC, a previsão de crescimento para o PIB é de 13,5%. “O setor da construção civil tem tido um crescimento forte e consistente. A previsão para o PIB é crescimento de 13,5%. Essa nova projeção foi revista após mudanças realizadas no programa Casa Verde Amarela (CVA)”, mencionou.

Os últimos resultados do PIB, divulgados pelo IBGE, indicam que a Construção Civil, na série trimestre contra trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, cresce há sete trimestres consecutivos. “Essa sequência de números positivos ainda não tinha sido observada na série histórica do indicador, iniciada em 1996. Estes resultados fazem parte do ciclo positivo de negócios em andamento, que foi iniciado no 3º trimestre de 2020” e mostram a importância do setor para o País”, afirmou a economista Ieda Vasconcelos.

O gerente-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Telles, reiterou que a situação não é ‘só um mar de rosas’. “Os juros têm sido um dos maiores problemas do setor e a tendência é que esse patamar continue elevado, mas nós esperamos que a essa seja a maior taxa alcançada. Com a desaceleração da inflação, esse aumento de juros possa ser interrompido para que esse movimento de crescimento da



construção civil não seja descontinuado. É importante que a gente não tenha mais uma trava no setor da construção civil”, destacou.

O MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho da construção continua gerando resultados positivos e em patamares mais elevados do que os observados no período pré-pandemia. Os resultados dos primeiros semestres de 2021 e 2022 são os melhores para o período desde 2012, quando se analisa a série do Caged e do novo Caged.

Em maio deste ano, o número de trabalhadores com carteira assinada alcançou o maior patamar desde novembro de 2015. Além disso, o mercado de trabalho formal alcançou resultados positivos em quase todos os estados, sendo São Paulo (SP), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), os destaques na geração de novas vagas na construção.

O setor já gerou mais de 430 mil novas vagas com carteira assinada no período pós pandemia (entre março de 2020 a maio de 2022). A construção de edifícios representou mais 175.64 novas vagas. Obras de infraestrutura: 93,961 e serviços especializados para a construção: 166.368.

“Apesar desse cenário, se a gente crescer 13,5%, estaremos no patamar de 2015, muito longe daquilo que nós já fomos. Nós já estivemos 3 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Nós perdemos 1 milhão e recuperamos, entre 2019 e 2022, em torno de 500 mil trabalhadores. Isso nos mostra o tanto que temos e podemos crescer. Nós já fomos 25% da indústria. Hoje, somos 16%”, disse o presidente da CBIC.”

ATIVIDADE

Conforme a Sondagem da Indústria da Construção, realizada pela CNI, com o apoio da CBIC, o setor, com a contribuição de todos os seus segmentos (construção de edifícios, serviços especializados para construção e obras de infraestrutura) encerrou o primeiro semestre de 2022 com o maior patamar de atividades desde outubro de 2021.

A economista da CBIC ressalta que, em junho, o patamar alcançado é o maior para o período desde 2011 e supera, inclusive, o bom desempenho de 2021.

“O bom desempenho da Construção exerce efeito positivo em toda a economia nacional, em função da sua extensa cadeia produtiva. Isso



significa que mais atividade na Construção, é mais renda, mais emprego e mais geração de tributos em toda a economia nacional. E isso merece ser destacado. Num momento em que o país busca consolidar o seu processo de crescimento, a Construção Civil segue se destacando e contribuindo de forma estratégica”, ressaltou Ieda Vasconcelos.”

Telles destacou que a continuidade do desempenho positivo da construção civil é muito relevante.

“É um setor que tem uma capacidade de atingir e provocar reação em outros setores”, disse.

MATÉRIA VEICULADA NO SITE DA CONSTRUTORA VITACON COMO A TAXA DE JUROS INFLUENCIA NO MERCADO IMOBILIÁRIO?



INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

A taxa de juros exerce uma grande influência no mercado imobiliário – gerando impactos na confiança do consumidor, no valor dos imóveis e na rentabilidade dos investidores. Você sabe como a variação nessas taxas pode afetar o seu investimento? Imagine um cenário em que a taxa de juros sofre uma grande alta. Nesse caso, comprar um imóvel se torna mais caro por conta do aumento da taxa Selic – que também afeta o valor total de um financiamento.

Com o aumento da dificuldade para comprar um imóvel, o mercado fica desaquecido e favorável apenas para quem pode comprar um imóvel à vista.

O mercado imobiliário é influenciado por inúmeros fatores, e todos eles estão interligados. É por essa razão que é tão importante compreender melhor os aspectos que podem influenciar no sucesso do seu investimento para otimizar a sua rentabilidade.



Neste artigo, veremos como a taxa de juros afeta o mercado imobiliário. Acompanhe.

COMO A TAXA DE JUROS AFETA O MERCADO IMOBILIÁRIO?

O impacto mais fácil de enxergar da taxa de juros no mercado imobiliário é a dificuldade na compra de um imóvel. Com juros altos, os financiamentos se tornam mais caros de ser pagos e os consumidores são desestimulados a investir o seu dinheiro na compra de um bem de alto valor.

Por outro lado, quando a taxa está baixa, o efeito visto é o oposto: as pessoas são encorajadas a buscar financiamentos para comprar imóveis e os investidores que desejam aplicar o seu dinheiro não têm mais tantas vantagens em investir em renda fixa – pois o seu rendimento está atrelado às taxas de juros do mercado.

Trata-se de uma gangorra que produz efeitos diversos no mercado imobiliário. Além dos imediatos, podem surgir outras consequências indiretas. Se a taxa de juros apresenta uma queda considerável em um pequeno período, a grande procura por financiamentos imobiliários pode causar uma alta na demanda por imóveis em determinada região – o que provoca o aumento do valor das casas e apartamentos.

CONSEQUÊNCIAS DAS TAXAS DE JUROS

Você já deve ter percebido como a taxa de juros produz diversos efeitos no mercado imobiliário, certo? Para facilitar o entendimento sobre todas as variáveis que merecem a sua atenção, selecionamos as principais consequências das taxas no mercado imobiliário.

FACILIDADE NO FINANCIAMENTO

A taxa de juros afeta diretamente a facilidade (ou dificuldade) em obter um bom financiamento para a compra de um imóvel. A dívida das pessoas que desejam pagar por uma moradia ao longo de vários anos se torna muito maior com a interferência de uma alta taxa de juros.

Além disso, momentos em que os financiamentos são mais vantajosos também estimulam as pessoas a tirarem o seu dinheiro da poupança para investir de outra forma – pois ela apresenta um rendimento menos vantajoso quando é registrada a baixa da taxa Selic.



CONFIANÇA DO CONSUMIDOR

A taxa de juros alta provoca a perda de confiança nos consumidores. Com financiamentos que se tornam mais difíceis de pagar e um clima de desconfiança no mercado, grande parte dos brasileiros opta por adiar as compras de bens de alto valor aquisitivo – como uma casa ou um apartamento.

Assumir uma dívida de longo prazo é visto com bastante desconfiança – mesmo por aquelas pessoas que têm uma grande parte do valor para dar de entrada. Aguardar pela diminuição da taxa de juros, geralmente, é a alternativa mais comum.

ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTO

A opção por outros investimentos também exerce influência sobre o mercado imobiliário. Quando os investidores conseguem obter uma boa rentabilidade em renda fixa (como Tesouro Direto ou CDB), esse dinheiro deixa de ser investido em imóveis, certo?

A rentabilidade desses investimentos está ligada diretamente às taxas de juros praticadas. Em momento de baixa nos juros, essas modalidades se tornam pouco rentáveis e estimulam a busca pelos imóveis – o que movimenta ainda mais o mercado imobiliário.

PREÇO DOS IMÓVEIS

A alta da taxa de juros torna a compra de um imóvel mais caro para todas as pessoas que dependem de um financiamento. Entretanto, a baixa na demanda por casas e apartamentos abre uma ótima oportunidade para quem tem poder econômico para comprar um imóvel sem um financiamento – abrindo margem para negociação com os vendedores.

Já a queda da taxa de juros permite que os financiamentos não sejam tão onerosos para o bolso dos consumidores. Por outro lado, o aumento da demanda por moradias pode causar a elevação dos preços quando existe uma baixa oferta.

OFERTA X DEMANDA

Como acabamos de ver, o preço dos imóveis sofre uma variação de acordo com a oferta x demanda. A taxa de juros e todos os seus impactos também alteram essa relação de forma muito dinâmica, e o investidor precisa estar atento às movimentações do mercado para aproveitar essas oportunidades.



AQUECIMENTO DO SETOR IMOBILIÁRIO

O aquecimento do setor imobiliário passa por inúmeros fatores – como a facilidade na obtenção de crédito, inflação, taxa de desemprego etc. A taxa de juros também contribui para o aumento ou diminuição da procura por imóveis pelos moradores ou investidores.

OPORTUNIDADES CRIADAS PELAS VARIAÇÕES

Para os investidores, a taxa de juros tende a criar ótimas oportunidades – da mesma forma que pode reduzir a rentabilidade de um investimento. Confira as oportunidades que surgem dos cenários de alta ou queda na taxa:

CENÁRIO DE ALTA NOS JUROS

Quando a taxa de juros está alta, diminui a procura por imóveis por grande parte da população. Isso significa que quem tem dinheiro para comprar negociar à vista pode encontrar ótimos preços para iniciar investimentos.

MATÉRIA VEICULADA NO SITE DA AGÊNCIA BRASIL DE NOTÍCIAS

Aumento no preço de insumos para construção civil preocupa o setor, e a alta pode prejudicar sobretudo os empreendimentos populares, diz CBIC.

Publicado em 22/02/2021 - 15:06 Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil – Brasília;

O interesse do brasileiro pela compra de imóveis continua alto, em parte pelo fato de a pandemia ter influenciado as pessoas a buscarem melhor qualidade de vida por meio da aquisição desse tipo de bem.

No entanto, os Indicadores Imobiliários Nacionais do quarto trimestre de 2020 mostram que o aumento dos preços do material de construção e as ameaças de desabastecimento podem prejudicar o setor, em especial os empreendimentos dos imóveis ligados ao programa Casa Verde e Amarela voltados para famílias com renda mensal entre R\$ 2.500 e R\$ 4.500.

Os indicadores foram divulgados nesta segunda-feira (22) pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).



Segundo a CBIC, a faixa com renda mensal de R\$ 2.500 a R\$ 4.500 é a que corre mais risco por ser a que representa menor margem de lucro para as empresas contratadas. De acordo com a entidade, isso pode diminuir o “apetite das empresas” pela fatia de mercado voltada ao programa de habitação do governo federal.

A sondagem da CBIC, que ouviu 1.200 consumidores, aponta aumento de 9,8% na compra de imóveis novos (apartamentos) e queda de 17,8% no número de lançamentos em 2020 na comparação com o ano anterior. No país, as vendas tiveram aumento de 3,9% no quarto trimestre de 2020, na comparação com o trimestre anterior. Na comparação entre o quarto trimestre de 2020 e o mesmo período de 2019, as vendas subiram 6,7%.

A CBIC ressalta que o principal problema enfrentado por empresários do setor no quarto trimestre de 2020 foi a falta ou o alto custo de matéria-prima, com 50,8% das assinalações. *“O aumento no preço de insumos gera insegurança, em especial para as vendas já contratadas”*, afirmou hoje o presidente da CBIC, José Carlos Martins, em entrevista coletiva online.

Martins disse que *“estaria tudo tranquilo”*, não fosse o aumento no preço de insumos associado à falta de abastecimento de muitos dos materiais, algo que considera “extremamente preocupante”.

“As obras contratadas em 2020 usavam previsões que tinham por base outros valores. Dessa forma, aquilo que seria um resultado [positivo] da empresa torna-se prejuízo. Isso dá medo às empresas na hora de fazer levantamentos, principalmente no caso do Programa Casa Verde Amarela, que é o antigo Minha Casa Minha Vida”, acrescentou, ao afirmar que a situação pode colocar o setor em risco.

Citando dados da Fundação Getúlio Vargas, Martins informou que os preços do material de construção subiram 19,60% no ano passado. De acordo com a entidade, alguns insumos tiveram aumentos acima de 50% no mesmo período. Segundo a CBIC, trata-se da “maior alta” registrada em todo o período pós Plano Real”. Entre os insumos que mais têm pressionado as empresas, a CBIC destaca aço, cimento, PVC, cabeamentos de cobre e blocos de cerâmica.

“O impacto já foi sentido em números do programa Casa Verde e Amarela, segmento mais afetado pelos aumentos, em função de suas margens, que são menores, e por possuir teto para contratação. A representatividade do programa sobre o total de lançamentos no quarto trimestre de 2020 foi de 47,1%. Sobre o total de vendas, a



participação foi de 48,6%. No terceiro trimestre de 2020, a representatividade foi de 54,7% e 53,0%, respectivamente”, complementa a CBIC.

A CBIC acrescenta que, apesar de os financiamentos imobiliários terem atingido recorde histórico em 2020 (R\$ 177 bilhões), com recursos da poupança crescendo 58%, os financiamentos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) caíram 5% no mesmo período. “Nossa preocupação é que seguidamente há saques no FGTS. E isso acabará prejudicando as famílias que querem ter acesso à sua moradia”, argumentou Martins.

Diante de tal quadro, a CBIC diz que pretende “sensibilizar governo e Congresso” para buscar, de forma conjunta, alternativas. “Queremos mostrar o risco que isso pode trazer para a economia e o impacto que pode causar em outros setores. Vamos colocar o problema na mesa e discutir as possibilidades, que passam por importação, por mexer em prazos de contratos, fazer reequilíbrio de contrato”, antecipou Martins.

MATÉRIA VEICULADA NA REVISTA VEJA

Desaceleração na produção faz indústria andar para trás em 2022 com recuo de 0,7% vem após a reação em 2021; setor perdeu ritmo durante o ano por causa de juros altos e fim do fôlego de pacotes de estímulo.

LEIA MAIS EM: <https://veja.abril.com.br/economia/desaceleracao-na-producao-faz-industria-andar-para-tras-em-2022>



A produção industrial brasileira encerrou o ano de 2022 com queda de 0,7%, sem conseguir dar ritmo à recuperação iniciada em 2021, quando o setor cresceu 3,9%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta sexta-feira, 3, na Pesquisa Industrial Mensal. Segundo o instituto, em dezembro, a indústria não teve variação, ficando estagnada. Segundo os dados setoriais do IBGE, apesar da queda de 2022 vir precedida de crescimento industrial em 2021, nos anos anteriores o ritmo também era de encolhimento da atividade industrial, de 1,1% em 2019 — período de pré-pandemia — e 4,5% em 2021. “Muito do crescimento de 2021 (3,9%) tem relação direta com a queda significativa de 2020, ocasionada por conta do início da pandemia.

Avançou em 2021, mas foi influenciada por uma base baixa de comparação e não superou as perdas de 2020”, afirma André Macedo, gerente da pesquisa.

Durante 2022, o setor teve dois comportamentos distintos. No primeiro semestre e início do segundo, respondeu às medidas de incremento da renda realizada pelo governo de Jair Bolsonaro, como a antecipação do 13º para aposentados e pensionistas, liberação do FGTS, adoção de medidas de estímulo ao crédito, Auxílio-Brasil e auxílio concedido aos caminhoneiros, entre outros. “Ao longo do segundo semestre, essa resposta perdeu fôlego e a indústria teve um comportamento de menor intensidade e com maior frequência de resultados negativos”, afirma Macedo. Para além da perda de fôlego das medidas tomadas pelo governo no período pré-eleitoral, o recuo da indústria em 2022 também tem forte influência da taxa de juros em elevação, que afeta diretamente os custos de crédito, além da inflação, principalmente dos alimentos, que impacta na renda das famílias e, por consequência, no consumo. “Também há influência do aumento nas taxas de inadimplência e de endividamento. E o mercado de trabalho, que embora tenha mostrado clara recuperação ao longo do ano, ainda se caracteriza pela precarização dos postos de trabalhos gerados”, diz.

A queda de 0,7% no fechamento de 2022 atingiu todas as quatro grandes categorias econômicas, além da maioria dos ramos (17 de 26), dos grupos (54 de 79) e dos produtos (62,4% dos 805 pesquisados), mostrando o caráter disseminado da desaceleração. A maior influência foi do setor de indústrias extrativas (-3,2%), puxado pelo minério de ferro. Outros segmentos também se destacaram, como produtos de metal (-9%), metalurgia (-5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,7%) e produtos de borracha e de material plástico (-5,7%). Por outro lado, entre a minoria das atividades com expansão na produção,



a de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, que registrou alta de 6,6%, exerceu a maior influência positiva. “Trata-se de um setor que manteve comportamento positivo ao longo de 2022, impulsionado, principalmente, por produtos com maior ligação com a mobilidade”, analisa o pesquisador.

AGROPECUÁRIA

Matéria veiculada no site da CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

PANORAMA DO AGRO

Nos últimos 40 anos a produção agropecuária brasileira se desenvolveu de tal forma que o Brasil será o grande fornecedor de alimentos do futuro.

Temos, hoje, uma agricultura adaptada às regiões tropicais e uma legião de produtores rurais conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente aliadas à produção de alimentos. Essas pessoas compõem o setor produtivo mais moderno do mundo, que vem transformando a economia brasileira.

Produzindo cada vez mais, o Agro brasileiro reduziu drasticamente o preço da alimentação, melhorando a saúde e qualidade de vida da população urbana, liberando seu poder de compra para bens produzidos pela indústria e pelo setor de serviços.

Produzindo excedentes cada vez maiores, o agro expandiu suas vendas para o mundo, conquistou novos mercados, gerando superávits cambiais que libertam a economia brasileira.

O efeito transformador da revolução agrícola dos últimos 40 anos é certamente o fato mais importante da história econômica recente do Brasil e continua abrindo perspectivas para o desenvolvimento futuro do país.

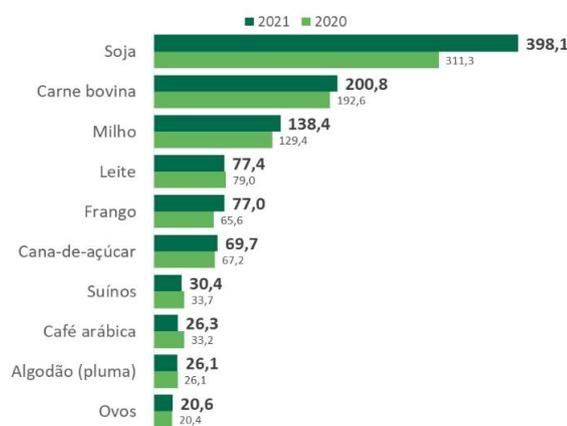
O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2020, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,98 trilhão ou 27% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 70% desse valor (R\$ 1,38 trilhão), a pecuária corresponde a 30%, ou R\$ 602,3 bilhões. ¹



O valor bruto da produção (VBP) agropecuária alcançou R\$ 1,10 trilhão em 2020, dos quais R\$ 712,4 bilhões na produção agrícola e R\$ 391,3 no segmento pecuário. As estimativas e projeções mais recentes, apontam que o VBP em 2021 deve alcançar R\$ 1,20 trilhão em 2021, dos quais R\$ 792,0 bilhões na produção agrícola e R\$ 406,3 no segmento pecuário, um incremento de 8,6% frente a 2020.²

Como revela a figura 1 a seguir, a soja (grãos) é o carro-chefe da produção agropecuária brasileira, responsável por aproximadamente R\$1,00 de cada R\$3,55 da produção do setor no Brasil. O segundo lugar no ranking do VBP da agropecuária brasileira é ocupado pela pecuária de corte, com R\$ 192,6 bilhões, em 2020. O terceiro maior VBP é o do milho, com R\$ 129,4 bilhões, seguido da pecuária de leite (R\$ 79,0 bilhões) e da cana (R\$ 67,2 bilhões). O frango (R\$ 65,6 bilhões) aparece em sexto lugar, seguido do café R\$ 34,5 bilhões e da carne suína com R\$ 33,7 bilhões.

Figura 1: Valor Bruto da Produção no Brasil em 2020 e 2021 (em R\$ bilhões)



O setor absorve praticamente 1 de cada 3 trabalhadores brasileiros. Em 2015, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 32,3% (30,5 milhões) do total de 94,4 milhões de trabalhadores brasileiros eram do agronegócio. Desses 30,5 milhões, 13 milhões (42,7%) desenvolviam atividades de agropecuária, 6,43 milhões (21,1%) no comércio agropecuário, 6,4 milhões (21%) no agro serviço e 4,64 milhões (15,2%) na agroindústria.

Quanto ao comércio internacional, 48% das exportações brasileiras, em 2020, foram de produtos do agronegócio. Também há forte contribuição do agronegócio para o



desempenho da economia brasileira. Isso fica evidente na figura 2 a seguir que revela que desde 2010 o superávit comercial do agronegócio brasileiro tem mais que superado o déficit comercial dos demais setores da economia brasileira, e garantido sucessivos superávits à Balança Comercial Brasileira. ³

Figura 2: Saldo da Balança Comercial Brasileira de 2010 a 2020 (em US\$ bilhões)



Apesar dos desafios contemporâneos nos mercados doméstico e internacional, os destinos e a diversidade de produtos exportados pelo agronegócio brasileiro aumentaram significativamente. Como apresentado na figura 3 a seguir, o Brasil é hoje o maior exportador de açúcar, café, suco de laranja, soja em grãos, carnes bovina e de frango; o terceiro maior de milho, e o quarto de carne suína. É também o maior produtor mundial de soja em grãos, café, suco de laranja e açúcar; o segundo de carnes bovina e terceiro de frango; e o terceiro na produção mundial de milho.

Figura 3: Produção e Exportações Brasileiras no Ranking Mundial em 2020



Atualmente, o Brasil é o quarto maior exportador mundial de produtos agropecuários, aproximadamente USD 100,7 bilhões, atrás apenas da União Europeia, EUA e China.

Além disso, até outubro de 2021 – comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o volume das exportações do agronegócio cresceu 20,6% e suas receitas em dólar 5,9%. Só para a China, o crescimento foi de 28% em volume, e 26% em receita.

Fonte: IBGE / Elaboração CNA.

MATÉRIA VEICULADA NO SITE DE CNN BRASIL

PREÇO DAS COMMODITIES AGRÍCOLAS TEM ‘BOOM’ EM 2022, APONTA IPEA

Antes afetado pela pandemia, agora, custo dos produtos sofre com guerra na Europa e falta de chuvas e os preços das commodities agrícolas batem recordes, aponta Ipea | LIVE CNN.

Os custos das commodities agrícolas no Brasil atingiram recordes nos primeiros meses de 2022. Os preços dos produtos sofrem os reflexos de fatores econômicos, naturais, sanitários e bélicos, como a alta da inflação, a crise hídrica no Sul do país, a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia.

Os resultados são de uma nota técnica elaborada por economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada nesta quinta-feira (28) e assinada por pesquisadores como Ana Cecília Kreter, especialista em agropecuária nacional e internacional, e José Ronaldo Souza, diretor de políticas macroeconômicas do órgão.

O levantamento também contou com a participação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP).

Pressionado pela guerra no Leste Europeu, o milho registrou alta nos preços, tanto no mercado nacional como internacional. Em valores absolutos, a saca da commodity bateu os R\$ 100 no primeiro trimestre do ano – recorde da série histórica do Cepea/USP, iniciada em 1996. A título de comparação, no mesmo período do ano passado, a mesma saca custava cerca de R\$ 85.

“A Ucrânia é uma das principais fornecedoras de milho mundial e tem um peso gigante para a comercialização desse produto. A expectativa é que o preço escale ainda mais se o confronto persistir por muito tempo”, explica o diretor do Ipea José Ronaldo Souza.



Assim como o milho, o preço do trigo é pressionado pela guerra na Europa, que dificulta o escoamento das commodities agrícolas. Enquanto a Ucrânia representa grande parte da exportação do milho, a Rússia é a maior produtora mundial de trigo.

À **CNN**, Souza disse que o Brasil está entre os países que mais consomem o trigo russo. De acordo com ele, é o único produto agrícola que o país não tem força no cultivo e depende, conseqüentemente, de importações. No Brasil, o custo da commodity subiu quase 19% em apenas um ano.

“A Rússia tem grande relação com a alta do trigo nos últimos meses. E isso repercute diretamente no Brasil, já que somos grandes consumidores do insumo, principalmente para a produção de massas e pães”, colocou o pesquisador.

Com os maiores patamares da série iniciada pelo Cepea em 1997, a saca da soja se aproxima dos R\$ 200 no Brasil. Trata-se de um valor 15% maior, em comparação com o mesmo período do ano passado. O alto custo do insumo foi impactado principalmente pela falta de chuvas no Sul do país, que, segundo meteorologistas ouvidos pela **CNN**, foi a mais intensa dos últimos 90 anos.

Para o diretor do Ipea, os problemas enfrentados no país com o produto repercutem na agropecuária do mundo inteiro. Souza cita que, no mercado internacional, o valor da commodity superou os ganhos expressivos do Brasil e teve uma alta de quase 19% em 2022.

“O produto mais afetado por conta da seca no Sul do país foi a soja, indiscutivelmente. A perda da produção foi imensurável e teve uma reverberação mundial. Os preços foram influenciados pelas demandas doméstica e internacional aquecidas e pela menor oferta na América do Sul, que o Brasil deixou de entregar”, destaca o economista.

Já o custo do café aumentou 5,5%, comparando o último trimestre do ano passado com os primeiros três meses de 2022. No entanto, o produto registra a maior alta entre as commodities agrícolas no Brasil quando observado todo o último ano, com uma subida de 105% no mercado interno.

“No ano passado houve muita geadas no Brasil, exatamente em locais produtores de café. Isso prejudicou muito a safra para 2022.



Com isso, o estoque ficando baixo no nosso país, fica no mundo inteiro, já que somos um dos principais exportadores do produto”, ressaltou José Ronaldo Souza.

Por fim, os dados compilados pelo Ipea mostram que o preço do algodão no Brasil subiu praticamente 50% nos últimos 12 meses. Atualmente, são necessários a R\$ 7,27 para comprar uma saca da commodity. Assim como o café e o milho, o custo do algodão também registrou o maior patamar desde 1996, início da série histórica.

ELEVAÇÃO DOS JUROS NO BRASIL

A taxa SELIC é utilizada de base no cálculo dos juros praticados pelo sistema bancário no Brasil, servindo de indexador e estabelecendo o “CUSTO “do dinheiro praticado nas operações bancárias, seja de empréstimos, financiamentos, capital de giro etc.

Nos últimos anos o maior causador da elevação do endividamento das empresas foi e está sendo a disparada da taxa de juros praticada pelo mercado financeiro como um todo.

As empresas do GRUPO PAULETTO, as quais já vinham elevando o seu endividamento por questões de mercado e custos como já descritos acima, se obrigaram, para manterem suas atividades e por falta de fluxo de caixa, a renegociarem todo o seu endividamento bancário e aceitarem a imposição de uma elevada taxa de juros, uma vez que o juro oficial ao ano estabelecido pela taxa SELIC, ditada pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, saiu da casa dos 2% em 2020, chegando aos estratosféricos 13,75% em 2022.

A causa desta elevação, foi ininterruptamente anunciada pela mídia, e teve a sua base justificada pela necessidade do controle da inflação. Porém o efeito nas empresas que já vinham com um endividamento controlado e chamado pelos economistas de “endividamento saudável “, fugiu totalmente das curvas de projeções utilizadas nos planejamentos financeiros. Afinal como prever que a SELIC sairia de 2 para 13,75%?

O fato é que as empresas do GRUPO PAULETTO, foram vítimas da elevação da taxa de juros e por este motivo, desestruturaram por completo o seu planejamento financeiro e comprometeram de forma determinante o seu fluxo de caixa.

Segue as informações extraídas do site do BANCO CENTRAL DO BRASIL, com a demonstração da elevação das taxas de juros:



TAXAS DE JUROS BÁSICAS – HISTÓRICO

HISTÓRICO DAS TAXAS DE JUROS FIXADAS PELO COPOM E EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC.

Reunião			Período de vigência	Meta SELIC	TBAN	Taxa SELIC	
nº	data	viés		% a.a. (1)(6)	% a.m. (2)(6)	% (3)	% a.a.(4)
258º	01/11/2023		03/11/2023 -	12,25			
257º	20/09/2023		21/09/2023 - 02/11/2023	12,75		1,38	12,65
256º	02/08/2023		03/08/2023 - 20/09/2023	13,25		1,68	13,15
255º	21/06/2023		22/06/2023 - 02/08/2023	13,75		1,53	13,65
254º	03/05/2023		04/05/2023 - 21/06/2023	13,75		1,74	13,65
253º	22/03/2023		23/03/2023 - 03/05/2023	13,75		1,38	13,65
252º	01/02/2023		02/02/2023 - 22/03/2023	13,75		1,69	13,65
251º	07/12/2022		08/12/2022 - 01/02/2023	13,75		2,05	13,65
250º	26/10/2022		27/10/2022 - 07/12/2022	13,75		1,43	13,65
249º	21/09/2022		22/09/2022 - 26/10/2022	13,75		1,23	13,65
248º	03/08/2022		04/08/2022 - 21/09/2022	13,75		1,74	13,65
247º	15/06/2022		17/06/2022 - 03/08/2022	13,25		1,68	13,15
246º	04/05/2022		05/05/2022 - 16/06/2022	12,75		1,43	12,65
245º	16/03/2022		17/03/2022 - 04/05/2022	11,75		1,45	11,65
244º	02/02/2022		03/02/2022 - 16/03/2022	10,75		1,13	10,65
243º	08/12/2021		09/12/2021 - 02/02/2022	9,25		1,40	9,15
242º	27/10/2021		28/10/2021 - 08/12/2021	7,75		0,82	7,65
241º	22/09/2021		23/09/2021 - 27/10/2021	6,25		0,57	6,15
240º	04/08/2021		05/08/2021 - 22/09/2021	5,25		0,68	5,15
239º	16/06/2021		17/06/2021 - 04/08/2021	4,25		0,57	4,15
238º	05/05/2021		06/05/2021 - 16/06/2021	3,50		0,39	3,40
237º	17/03/2021		18/03/2021 - 05/05/2021	2,75		0,34	2,65
236º	20/01/2021		21/01/2021 - 17/03/2021	2,00		0,28	1,90
235º	09/12/2020		10/12/2020 - 20/01/2021	2,00		0,21	1,90
234º	28/10/2020		29/10/2020 - 09/12/2020	2,00		0,22	1,90
233º	16/09/2020		17/09/2020 - 28/10/2020	2,00		0,22	1,90
232º	05/08/2020		06/08/2020 - 16/09/2020	2,00		0,22	1,90

Como pode-se observar, a taxa anual de juros utilizada pelo sistema financeiro Brasileiro, saiu de modestos 1,9% para estratosféricos 13,75% ao ano, percentuais que se somam ainda ao que se denomina de SPRED BANCÁRIO, ou seja, a somatória dos custos operacionais dos bancos, suas inadimplências e obviamente seus impostos e por fim, seus lucros.



A taxa média para operações bancárias de empresas com RATING AA no período que antecedia a pandemia, era algo em torno de 0,5% ao mês, já no período pós pandemia, saltou para 2,5 a 3% ao mês.

Diante do acima exposto, podemos observar na planilha abaixo a súbita elevação do endividamento do GRUPO PAULETTO:

GRUPO PAULETTO	
EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	
ANO	VALOR
2020	R\$ 10.025.967,00
2021	R\$ 8.307.354,00
2022	R\$ 10.804.235,00
2023	R\$ 24.071.261,00

Observa-se que até o ano de 2.020, o endividamento do GRUPO PAULETTO, se apresentava dentro da normalidade, mesmo para um cenário conservador, porém com a advento da pandemia, conforme já mencionado acima, o GRUPO PAULETTO se viu obrigado a renegociar seu endividamento bancário e arcar com as crescentes taxas praticadas pelo sistema bancário.

No ano de 2.021, o GRUPO PAULETTO conseguiu reduzir o seu endividamento através do ingresso de valores recebidos pela venda de imóveis e gado do seu estoque, porém já em 2022 e 2023, anos nos quais os juros bateram recordes, observamos o endividamento se elevar e atingir o patamar atual.

Como uma empresa pode fazer frente aos seus compromissos, se de um lado tem a retração do mercado, elevação dos seus custos de produção e ainda tendo de arcar com este custo financeiro?



A resposta que encontramos é o único caminho para manter a sua viabilidade econômica está em renegociar todo o seu endividamento e repactuar com seus credores um novo fluxo de pagamentos e para conseguir isto de forma equilibrada.

O GRUPO PAULETTO não dispõe de uma alternativa além do ingresso deste pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, amparado pelas Lei 11.101/2005 e sua atualização pela Lei 14.112/2020, sendo o amparo legal e necessário para se atingir este objetivo e com ele manter os empregos, a atividade e o bem comum proporcionado.

3.2. SOBRE O INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Lei 11.101/05 disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, objetivando viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Conforme preceitua o Ilustre Doutrinador Manoel Justino Bezerra Filho, eminente jurista e Desembargador aposentado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“A recuperação judicial destina-se às empresas que estejam em situação de crise econômico-financeira, com possibilidade, porém, de superação”.

Mais além, continua:

A Lei, não por acaso, estabelece uma ordem de prioridade nas finalidades que diz perseguir, colocando como primeiro objetivo a ‘manutenção da fonte produtora’, ou seja, a manutenção da atividade empresarial em sua plenitude tanto quanto possível, com o que haverá possibilidade de manter também o ‘emprego dos trabalhadores’. Mantida a atividade empresarial e o trabalho dos empregados, será possível então satisfazer os ‘interesses dos credores’¹.

A recuperação se desenvolve pela apresentação, nos autos da ação de recuperação judicial, de um plano de reestruturação e pagamento, o qual, aprovado pelos



credores e homologado pelo juízo, implica em novação dos créditos anteriores ao ajuizamento da demanda e obriga a todos os credores a ela sujeitos.

As Recuperandas atravessam grave crise econômico-financeira, a qual compromete situação patrimonial e capacidade imediata de honrar compromissos financeiros.

Protocolaram o pedido de recuperação judicial pois, nos termos da legislação vigente, fazem jus ao benefício, cumprindo integralmente os requisitos previstos em lei. Possuem atividade viável, que apenas apresenta dificuldades temporárias em virtude de fatores externos e imprevisíveis, tendo reais e concretas condições de superação, com o pagamento de todos os credores e preservação da atividade empresarial.

Feito o registro, cumpre analisar, pormenorizadamente, cada um dos pressupostos e requisitos exigidos pela legislação de regência para o deferimento da recuperação judicial.

3.3 METODOLOGIA ADOTADA.

A metodologia que foi utilizada pela direção do GRUPO PAULETTO na elaboração do Plano de Recuperação (PRJ) e das projeções das demonstrações financeiras é bastante conhecida e de uso comum, simulando-se o comportamento futuro da empresa contendo todas as medidas preconizadas dentro do **PRJ** expresso nos seus demonstrativos financeiros projetados, todos integrados e dentro do modelo contábil

A direção do GRUPO PAULETTO e seus assessores contratados tomaram por base, os demonstrativos financeiros históricos mais recentes e a partir da fixação de premissas, pressupostos e das medidas e dos números contidos no PRJ, preparou um cenário identificado pelas projeções das demonstrações financeiras para o período de 15 anos, período este proposto no PRJ, para liquidação integral dos créditos a serem aprovados em Assembleia Geral de Credores.

A metodologia que o profissional utilizou teve o seguinte processamento:

- A) Analisar todo o PRJ a ser apresentado principalmente, as suas premissas, pressupostos e números adotados;
- B) Análise da coerência e consistência das premissas, pressupostos e números contidos nas projeções financeiras;



C) Identificação da viabilidade econômico-financeira do PRJ diante das medidas propostas e os resultados esperados, as receitas projetadas, custos e despesas operacionais, capacidade de geração de caixa e possibilidade de cumprimento das suas obrigações com credores, quirografários, trabalhistas com garantia real e micros e pequenas empresas.

3.4 FONTES DE INFORMAÇÕES.

Para efeito da emissão do Parecer Técnico e elaboração do laudo econômico-financeiro, foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

1. A petição inicial contendo o pedido de Recuperação Judicial e as justificativas desse pedido.
2. O Plano de Recuperação Judicial - **PRJ**, preparado pelo GRUPO PAULETTO, e seus assessores jurídicos, funcionários do departamento contábil e direção, bem como pelos consultores contratados e a peça inicial protocolada ao Pedido de Recuperação Judicial.
3. Breve Histórico, (também constante no **PRJ** e na peça inicial) da empresa contendo informações relevantes e as que identificam as origens da crise financeira que acometeu o GRUPO PAULETTO.
4. As planilhas e demonstrativas financeiras preparados pela direção do GRUPO PAULETTO, com a colaboração de seus consultores que foram por nós utilizados e que se encontram no anexo deste trabalho;
5. As premissas, que foram utilizadas pelos consultores para realizar as projeções dos demonstrativos financeiros, encontram-se nos Anexos e que fazem parte integrante deste trabalho, não devendo ser analisadas ou avaliadas separadamente;
6. As premissas e pressupostos, bem como os demonstrativos financeiros apresentados, que foram objeto da nossa análise e sobre as quais comentamos no nosso Parecer Técnico.



4.0 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

4.1 OBJETIVOS DO PLANO.

O presente documento foi elaborado com o objetivo de atender os termos do Plano de Recuperação Judicial proposto pelo GRUPO PAULETTO, em fase de Processamento de sua Recuperação Judicial, em consonância com a Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresarial.

A administração central das empresas recuperandas é no município de Cascavel/PR. e na data de 21 de novembro de 2023, requereram o benefício legal da Recuperação Judicial, com base nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/05, tendo sido autuado processo nos Autos nº. **0043565-27.2023.8.16.0021**, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Cidade de CASCAVEL - Estado do PARANÁ, sendo que em 21/11/2023 houve o Despacho inicial, solicitando emendas à inicial e indicando perícia/constatação prévia. O deferimento do processamento da Recuperação Judicial foi concedido efetivamente em 11 de dezembro de 2023.

Contratou-se a empresa PS – Serviços de Apoio Administrativo - ME. para realizar os estudos necessários à elaboração do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

O plano (PRJ) propõe a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas, sujeitas aos efeitos da presente Recuperação Judicial, posteriormente homologadas no Quadro Geral de Credores do processo quando da propositura da Recuperação Judicial, não considera portanto, eventuais impugnações, inclusões e exclusões ou modificações ao Quadro Geral de Credores, demonstrando-se a viabilidade econômico-financeira do GRUPO PAULETTO no valor inicialmente inserido, bem como a compatibilidade e a aderência entre a proposta de pagamento apresentada aos Credores e a consequente geração dos recursos financeiros necessários no prazo proposto, consoante com os artigos 50, 53 e 54 da Lei nº 11.101 de 09 de Fevereiro de 2005.

4.2 CARACTERÍSTICAS E PREMISSAS BÁSICAS DO PRJ

Descrevemos a seguir as principais medidas e premissas que serão adotadas para a implementação do Plano de Recuperação. O PRJ foi elaborado sob a égide da Lei nº



11.101/2005 e suas alterações advindas com a Lei 14.112/2020, sendo que GRUPO PAULETTO pretende, com a implantação do PRJ, restabelecer sua saúde financeira e pagar os seus Credores, nas condições que descrevemos anteriormente. O Plano de Recuperação Judicial já elaborado a ser apresentado tem por base as premissas expostas a seguir:

4.3 MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO.

Em conjunto com o pedido de recuperação judicial, o GRUPO PAULETTO, desenvolveu um plano de reestruturação financeiro-operacional baseado nas premissas elencadas nos meios de recuperação¹ previstos e na lucratividade necessária para permitir a liquidação de seus débitos e a manutenção de sua viabilidade no médio e longo prazo, que depende não só da solução da atual situação de endividamento, mas também e, fundamentalmente, da melhoria de sua capacidade de geração de caixa.

As medidas identificadas no Plano de Reestruturação Financeiro-Operacional estão incorporadas a um planejamento para o período de 16 (dezesesseis) anos e estão fundamentadas nas seguintes decisões estratégicas:

4.4 ÁREA COMERCIAL

- Maximização e reestruturação da área comercial como um todo;
- Implantação de uma nova política comercial em relação às margens praticadas e a rentabilidade obtida;
- Elevar o número de passageiros por ônibus em circulação e elevar a quantidade de mercadorias transportadas por carga de caminhão, diminuindo desta forma a vacância de lugares disponíveis nos veículos ou a tonelagem livre carregada.
- Aplicação do conceito da SINERGIA SETORIAL, buscando parcerias com empresas que necessitem ampliar suas linhas de transportes ou que tenha interesse em estabelecer novas linhas rodoviárias ou para o transporte de funcionários de empresas contratantes. Em síntese, buscar parcerias congruentes aos interesses do GRUPO

¹ Art. 50 da Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.



PAULETTO, e que venham a contribuir de forma significativa para a recuperação da empresa e superação da crise financeira;

Corrigir falhas que gerem insatisfações aos clientes atendidos e que possam tornar a estrutura funcional mais eficiente e satisfatória;

4.5 ÁREA ADMINISTRATIVA

- Aplicação de um programa de readequação ou/e redução do quadro funcional e de custos de mão de obra direta através da multifuncionalidade de pessoal e diminuição da realização de horas extras;
- Redução de despesas através de uma melhor racionalidade no uso dos materiais de consumo e demais itens necessários para a execução das tarefas rotineiras e pertinentes ao setor;
- Efetivar um maior planejamento das atitudes administrativas, visando à minimização de custos e um melhor aproveitamento do tempo e dos recursos;
- Redução do “*TURN OVER*” dos funcionários através de maiores incentivos a capacitação profissional e a busca constante da melhoria no ambiente de trabalho da organização;
- Tomada das decisões de forma estratégica para alcançar as metas e assegurar a aderência das ações propostas no presente plano de recuperação;
- Utilização da *MATRIZ SWOT* (S = Forças, W = Fraquezas, O = Oportunidades e T = Ameaças) na avaliação cotidiana e na tomada de decisões;
- Aplicação de um Organograma mais eficiente e de menor custo operacional objetivando uma melhor sinergia na união de setores.

4.6 ÁREA FINANCEIRA

- Implantação de conceito de ORÇAMENTO, com revisões mensais entre o que foi orçado como previsto e o que de fato foi realizado;
- Redução dos custos financeiros através da busca de linhas de créditos de menor custo e mais adequadas para atender as necessidades da empresa.
- Como forma de um melhor planejamento financeiro, será implantado um fluxo de caixa projetado;



○ Implantação de uma sistemática dentro do plano de contas contábil e sistema de custeio e rateio por centro de custos visando a avaliação da performance individual de cada rota, linha ou veículo.

4.7 OUTROS MEIOS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

Em rigorosa conformidade com a legislação pertinente a cada situação em específico, o GRUPO PAULETTO, através de seus sócios, poderá utilizar-se dos referidos meios adicionais dos quais dentre outros poderão ainda ocorrer durante o período de recuperação:

- Alteração parcial ou total do controle societário;
- Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de quotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;
- Aumento de capital social, trespasse ou arrendamento de estabelecimento, total ou parcial, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados ou para terceiros;
- Dação em pagamento ou novação de dívida do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros
- Venda parcial de bens;
- Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, sem prejuízo do disposto em legislação específica;
- Emissão de valores mobiliários;
- Constituição e Alienação Judicial de *UPI – UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA*;

4.8 LEILÃO REVERSO

Havendo eventos de liquidez não previstos nas projeções econômicas e financeiras que resultem em recursos adicionais, as RECUPERANDAS poderão dentro da sua disponibilidade de caixa e uma vez que seja suprida as exigências legais e financeiras



oriundas da aprovação deste Plano de Recuperação Judicial, promover a realização de Leilões Reversos para pagamento integral e antecipado do saldo remanescente dos credores, situação na qual o parâmetro único para escolha dos credores que terão o saldo quitado, é o percentual de remissão oferecido pelo credor na ocasião da realização do referido Leilão Reverso, e dentro do valor total disponibilizado para a realização do referido leilão.

Respeitando-se desta forma o que diz a Lei 11.101/2005 sobre o tratamento igualitário e o princípio da isonomia no que se refere aos pagamentos realizados aos Credores.

Para a perfeita execução do referido Leilão Reverso, todos os credores deverão ser avisados por meio que possibilite a tomada de conhecimento da sua realização, e o não registro e envio de proposta ou mesmo ausência na ocasião de sua realização, será considerado como ato de desinteresse por parte do credor em participar do Leilão Reverso e a sua preferência no recebimento do seu crédito dentro dos critérios e condições apresentadas neste Plano de Recuperação.

5 PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES.

Para a elaboração desta proposta de pagamentos da dívida o GRUPO PAULETTO, devidamente inscrita e habilitada no processo de Recuperação Judicial, cujo seu processamento foi deferido na data de 11 de dezembro de 2023, com base nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/05, tendo sido autuado na mesma data sob o processo Autos nº. **0043565-27.2023.8.16.0021**, em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara Cível de Cascavel, Estado do PARANÁ. O deferimento do processamento da Recuperação Judicial ocorreu em 11 de dezembro de 2023, com decisão proferida pelo Exma. Juíza de Direito Samantha Barzotto Dalmina, adotou-se a premissa de que todos os valores, prazos e demais condições assumidas, deverão obrigatoriamente ser cumpridas rigorosamente dentro do estabelecido na aprovação do presente plano, dentro do que estabelece a Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

Em conformidade com esta premissa colocada, se faz necessária que esta proposta seja realizada dentro do que é condizente com as projeções econômico-financeiras, sob pena de inviabilizar o processo de recuperação da empresa.



Ainda se faz mister enfatizar a especial atenção na condução da aprovação deste plano, para que não tenhamos o efeito “Vitória de Pirro” ou “Vitória Pirrica”, situação na qual se vence a questão, porém não existe o benefício esperado ao vencedor, pelo motivo das condições em que ocorreram a vitória, acabaram por destruir ou neste caso, inviabilizar totalmente a efetivação e execução da presente proposta de pagamento.

A presente proposta projeta o pagamento da dívida inscrita nas classes I, II, III e IV sendo respectivamente, Credores Trabalhistas, Credores com Garantia Real, Credores Quirografários e Credores ME e EPP.

Salientamos ainda, que caso haja exclusão de algum credor, bem como a inclusão, da relação de credores apresentados pela direção do GRUPO PAULETTO, no processo de Recuperação Judicial, e sendo no caso da exclusão, o referido crédito exigido fora do processo de recuperação judicial, o valor reservado para o pagamento deste credor neste plano será mantido para o pagamento deste valor, a este credor, fora do processo de recuperação judicial, uma vez que nas projeções já foram considerados os pagamentos do crédito em questão, mantendo-se o objetivo de viabilizar a superação da situação de crise econômica e financeira do GRUPO PAULETTO, da mesma forma caso seja incluído algum valor na lista de credores apresentada e considerada para a efetivação da presente propositura de pagamento, este valor caso seja significativo, poderá alterar as condições de pagamento, porém sem alterar o formato, percentuais e demais condições de pagamentos apresentadas neste plano, podendo exclusivamente aumentar o prazo de pagamento aqui mencionado para que seja adaptada a condição deste novo montante da dívida, aos percentuais considerados como limite viável e possível de pagamento aos credores.



5.1 QUADRO GERAL DE CREDORES INICIAL

Deságio proposto no PRJ a ser apresentado e votado, é de 90% do valor inscrito no QGC.

GRUPO PAULETTO INICIAL POR CLASSES R\$	
CLASSE I	263.252,81
CLASSE II	17.660.178,23
CLASSE III	6.470.703,42
CLASSE IV	52.926,01
TOTAL	24.447.060,47
Sem Classe I	24.183.807,66
90% PRJ	2.418.380,77
com Classe I	2.681.633,58



5.2 PROJEÇÃO DE RECEITAS - QUADRO DEMONSTRATIVO

* médias fluxo caixa projetado inicial

GRUPO PAULETTO		% Previsto Crescimento Sobre Ano Anterior
PROJEÇÃO 15 Anos - RECEITAS BRUTAS ANUAIS		
ANO 1	14.983.153,09	
ANO 2	15.132.984,62	1%
ANO 3	15.435.644,31	2%
ANO 4	15.744.357,20	2%
ANO 5	15.901.800,77	1%
ANO 6	16.219.836,79	2%
ANO 7	16.382.035,16	1%
ANO 8	16.709.675,86	2%
ANO 9	16.876.772,62	1%
ANO 10	17.045.540,34	1%
ANO 11	17.386.451,15	2%
ANO 12	17.560.315,66	1%
ANO 13	17.735.918,82	1%
ANO 14	17.913.278,01	1%
ANO 15	18.092.410,79	1%
Valores em Reais (R\$)	249.120.175,19	

5.3 PROJEÇÃO DE RECEITAS

Ao realizarmos as projeções dos resultados econômicos e financeiros, foram adotadas as seguintes premissas:

- Os custos dos insumos, principalmente das peças metálicas, ferro e aço, mão de obra e demais itens de grande impacto na composição dos custos, foram projetados com base nos atuais custos de compra, líquidos de todos os impostos creditáveis. Este grupo de custos varia diretamente proporcional ao faturamento projetado;
- As Despesas Fixas projetadas terão um pequeno aumento no decorrer dos períodos, pois mesmo sendo fixas por característica, na realidade demandará alguns aumentos para comportar o novo nível de atividade, porém, tais custos já

67



consideram as reduções ocorridas a partir das medidas adotadas e previstas no Plano de Recuperação;

- A empresa utiliza o Sistema Tributário Nacional, no Regime de Lucro Real, sendo consideradas assim, as respectivas alíquotas medias de cada imposto incidente para as projeções de resultados.
- Não estão previstos neste Plano de Recuperação Judicial, os efeitos que eventuais alterações na legislação tributária estadual e federal venham a ser implantadas;
- Estão projetados valores para investimento na ampliação da atividade a cada ano,
- A sobra de caixa projetada em cada ano será destinada para o pagamento do passivo não sujeito aos efeitos da presente Recuperação Judicial como o Passivo Tributário, para recomposição do capital de giro, também para os investimentos necessários para o atendimento da demanda projetada;
- A projeção não contempla efeitos inflacionários, pelos mesmos motivos explanados na projeção da receita. A premissa adotada é que todo efeito inflacionário será repassado ao preço de venda projetado quando ocorrer, mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante;
- O ano 1 da projeção considera os 12 meses subsequentes a data da publicação no Diário da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial e consequente concessão da recuperação judicial do GRUPO PAULETTO;
- Todas as projeções foram feitas em um cenário conservador.
- Todas as projeções foram feitas exclusivamente com informações fornecidas pelo GRUPO PAULETTO, na pessoa dos seus Diretores, sócios e do profissional responsável pela contabilidade da empresa e não foram auditadas.

5.4 PROJEÇÃO DE 15 PAGAMENTOS ANUAIS

A presente proposta prevê deságio a ser aplicado sobre os valores devidamente inscritos no Quadro Geral de Credores, de 90% (noventa por cento), ou seja, será pago equivalente a 10% (dez por cento) dos valores devidos aos credores inscritos nas Classes II, III e IV, no Quadro Geral de Credores.



Para o primeiro ano de faturamento foi realizada uma projeção tomando-se por base as médias informadas nas premissas históricas do grupo.

Ao faturamento previsto (base para os fluxos de caixa projetados para longo prazo), aplicou-se uma taxa de crescimento médio que em 15 anos ficará em torno de 1,00 % aa, o qual deve ficar dentro das médias nacionais obtidas por empresas similares do mesmo segmento, portanto um cenário ainda conservador, apesar dos históricos serem maiores, porém a previsão é que aumente gradativamente pelo esperado cenário pós pandemia (Covid-19).

Para que o GRUPO PAULETTO, consiga efetivar a realização desta projeção de faturamento, torna-se pré-requisito uma estabilidade da economia brasileira e o fiel cumprimento do seu planejamento comercial, administrativo e financeiro, bem como, o compromisso dos sócios, na continuidade do negócio.

Projeta-se que o faturamento **total acumulado** a ser obtido até o **décimo quinto ano**, atingirá se observado os pré-requisitos, um patamar aproximado de R\$ 249 milhões de reais de receita bruta, suficientes para pagamentos conforme proposto no PRJ.

5.5 ANÁLISE

Tomando-se como base os resultados projetados, é possível destacar:

Conforme a projeção, até obtenção do pequeno lucro líquido apurado ao final de cada ano, já está líquido do pagamento da proposta aos credores e ao não sujeito à recuperação judicial, além de recursos necessários que serão destinados a novos investimentos. Desta forma fica demonstrada a viabilidade, da superação da situação de crise econômico-financeira o GRUPO PAULETTO, permitindo que seja mantida a fonte produtora do emprego dos trabalhadores e os interesses dos credores, promovendo assim a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica; mas com compromisso da diretoria em ampliar ainda mais o faturamento previsto nos próximos anos.

Mesmo com algumas elevações nos gastos fixos, em virtude do aumento do nível de atividade, o efeito da alavancagem operacional é favorável, a ponto de reduzir os custos fixos em termos percentuais.

Considerando o desembolso com o pagamento dos credores e do passivo Tributário, a recomposição de capital de giro próprio e os investimentos necessários para a GRUPO PAULETTO, conforme projeção de resultados, o saldo de caixa ao final do 15º

69



ano será **de 0,58%** perante a receita líquida no período projetado, demonstra que o lucro obtido e sobra efetiva de caixa, será suficiente para pagamento dos credores, porém requerendo uma austera gestão comercial e das despesas operacionais e custos de compras e mão de obra.

Caso ocorra a inclusão de algum credor da Classe I (Credor Trabalhista) ao longo do período de pagamento proposto neste Plano de Recuperação, o montante projetado reservado ao pagamento da dívida será destinado prioritariamente para estes novos credores Trabalhistas, sendo integralmente pagos até o décimo segundo mês após a data da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Enfatizamos que o valor resultante da proposta anteriormente descrita será distribuído entre os credores de Classe II, Classe III e Classe IV, ao final de cada período de 12 meses a contar da data inicial observada na proposta, e este valor apurado para pagamento dos credores será pago observando-se quatro premissas:

1 – Durante todo o período de pagamento aprovado, o valor proposto nos 15 anos seguintes será distribuído dentro da proporcionalidade dos créditos de cada um dos credores pertencentes à Classe II, Classe III e Classe IV, ou seja, o valor a ser distribuído, oriundo da parcela do “VALOR PROJETADO DESTINADO AO PAGAMENTO”, demonstrado no quadro abaixo, será proporcional ao valor da dívida de cada credor, inscrita e devidamente confirmada pelo Administrador Judicial no Quadro Geral de Credores;

2 – Em situação alguma se deixará de observar o Princípio da Igualdade no tratamento e pagamento a todos os credores inscritos no Quadro Geral de Credores, seja Classe II, Classe III ou Classe IV;

4 – Com o intuito de privilegiar o pagamento aos Credores submetidos à recuperação até o pagamento integral de todos os créditos ou o 15º pagamento anual, a empresa não poderá distribuir ou constituir reserva para pagamento de lucros aos seus sócios;

5 – A presente proposta prevê pagamento prioritário dos créditos Trabalhistas, quitando-os até o décimo segundo mês após a data de publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial como impõe o artigo 54 da Lei 11.101/2005.

6 - Ressaltamos ainda, que durante o período acima mencionado os Credores receberão os percentuais estipulados, sendo certo que ao final do período dar-se-á em qualquer das hipóteses acima a quitação integral das obrigações da *RECUPERANDA*



atinentes ao passivo sujeito à recuperação judicial, considerando-se saldadas todas as dívidas, para nada mais reclamarem os credores contra elas ou seus coobrigados.

No quadro a seguir apresentamos um resumo das projeções de pagamentos a serem efetuados conforme este plano na amortização do Passivo junto aos Credores pertencentes as classes II, III e IV: (*no ano 1, está incluso o pagamento integral dos credores da classe I).

GRUPO PAULETTO - PROJEÇÃO DE PAGAMENTO AOS CREDITORES - CLASSES: II, III e IV								Correção Saldo Devedor TR + 1%
Ano	Valor Projetado Destinado ao Pagamento	% Pagamento Sobre Saldo no Ano	Projeção de Valores NOMINAIS Liquidados Acumulados	CORREÇÃO TR + 1%	Valor Parcela anual	Saldo Devedor sem Correção, inclusive Classe I	Valor de Correção Anual sobre Parcela	Parcela Anual " + " Correção
ANO 0			-			2.681.633,58		-
ANO 1 *	424.478,19		424.478,19	26.816,34	451.294,53	2.257.155,38	26.816,34	451.294,53
ANO 2	161.225,38	6,01	585.703,58	22.571,55	183.796,94	2.095.930,00	22.571,55	183.796,94
ANO 3	161.225,38	27,85	746.928,96	20.959,30	182.184,68	1.934.704,61	20.959,30	182.184,68
ANO 4	161.225,38	33,87	908.154,35	19.347,05	180.572,43	1.773.479,23	19.347,05	180.572,43
ANO 5	161.225,38	39,88	1.069.379,73	17.734,79	178.960,18	1.612.253,84	17.734,79	178.960,18
ANO 6	161.225,38	45,89	1.230.605,12	16.122,54	177.347,92	1.451.028,46	16.122,54	177.347,92
ANO 7	161.225,38	51,90	1.391.830,50	14.510,28	175.735,67	1.289.803,08	14.510,28	175.735,67
ANO 8	161.225,38	57,91	1.553.055,89	12.898,03	174.123,42	1.128.577,69	12.898,03	174.123,42
ANO 9	161.225,38	63,93	1.714.281,27	11.285,78	172.511,16	967.352,31	11.285,78	172.511,16
ANO 10	161.225,38	69,94	1.875.506,65	9.673,52	170.898,91	806.126,92	9.673,52	170.898,91
ANO 11	161.225,38	75,95	2.036.732,04	8.061,27	169.286,65	644.901,54	8.061,27	169.286,65
ANO 12	161.225,38	81,96	2.197.957,42	6.449,02	167.674,40	483.676,15	6.449,02	167.674,40
ANO 13	161.225,38	87,98	2.359.182,81	4.836,76	166.062,15	322.450,77	4.836,76	166.062,15
ANO 14	161.225,38	93,99	2.520.408,19	3.224,51	164.449,89	161.225,38	3.224,51	164.449,89
ANO 15	161.225,38	100,00	2.681.633,58	1.612,25	162.837,64	0,00	1.612,25	162.837,64
ANO 16	-	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL	2.681.633,58		-	196.102,99		0,00	-	2.877.736,57

A presente proposta prevê pagamento prioritário dos créditos Trabalhistas, quitando-os até o décimo segundo mês após a data de publicação do Plano de Recuperação Judicial, no Diário de Justiça do Tribunal de Justiça do PARANÁ como impõe o artigo 54 da Lei 11.101/2005 e atualizado pela Lei 14.112/20.

Como índice de atualização anual dos valores contidos na lista de credores (Quadro Geral de Credores) deste processo de Recuperação Judicial, será utilizada a Taxa Referencial, comumente abreviada como TR, criada pela Lei nº 8.177/91, de 1º de Março de 1991 e Resolução CMN – Conselho Monetário Nacional nº 2.437, de 30 de Outubro de 1997 e definida pelo Governo Federal como indexadora dos contratos com prazo ou período de repactuação igual ou superior a três meses, a TR será ainda acrescida de um percentual fixo de 1% a.a. (Um ponto percentual ao ano), ficando a atualização dos valores



através da aplicação da TR + 1% a.a. (ao ano) e começará a incidir a partir da data da publicação no Diário da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da decisão de homologação deste Plano.

6 ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA.

Para efeito de elaboração e emissão deste Parecer Técnico, analisamos atenciosamente todas as informações, dados e medidas a serem implementadas pelo Plano de Recuperação Judicial, segmentando a nossa análise em diversos níveis, visando cobrir todas as considerações e pressupostos contidos no Plano.

Cenário Macroeconômico.

Para os próximos anos, o cenário econômico do nosso país, em uma visão mais otimista, indica uma melhora nos seus índices, a recuperação da economia como um todo e a retomada do crescimento através da geração de empregos e com isto a restituição do poder de compra por parte da população em geral.

- a) Area Administrativa.
- b) Reorganização societária.
- c) Capitalização da empresa.

Os dirigentes da recuperanda, se comprometem a realizar todos os esforços para manter uma estrutura mínima necessária e para que as empresas ou GRUPO PAULETTO dê continuidade nas suas operações, de forma a poder cumprir com o cronograma de pagamentos conforme apresentado no Plano de Recuperação e detalhados nos Demonstrativos Financeiros;

- d) Adoção de práticas de governança corporativa;
- e) Não distribuição de lucros e dividendos;

Um dos pontos do Plano de Recuperação é a alienação de ativos, recursos que caso necessários, irão colaborar com as receitas operacionais de forma a reforçar os pagamentos aos credores.



6.1 OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS PROJETADOS.

Analisamos todas as condições propostas no Plano, bem como as premissas e pressupostos para a realização das projeções, das quais observamos o que segue:

- i) As premissas macroeconômicas estão dentro dos índices e taxas médias estimadas pelo mercado;*
- ii) A capacidade de vendas e prestação de serviços instalada e o efetivo aproveitamento desta capacidade, atenderia perfeitamente a necessidade de faturamento previsto nas projeções do Plano de Recuperação, estão projetados investimentos em bens móveis (equipamentos) e instalações no decorrer do ano 01 ao ano 15.*
- iii) Os níveis de custos e despesas operacionais serão firmemente controlados, porém com esforços para reduzi-los ainda mais, apesar de que de certa forma, independem do gestor, uma vez que não há ação sobre os constantes aumentos de preços.*

Analisamos os demonstrativos financeiros históricos e projetados elaborados pela direção e consultores do GRUPO PAULETTO e dos quais encontram-se em anexo ao Plano de Recuperação Judicial, os demonstrativos de resultado e dos fluxos de caixa para os 15 anos de projeção.

- c) As projeções identificam a continuidade das operações da empresa que no nosso entender são viáveis, na medida em que foram realizadas com base nas suas atividades operacionais adotando-se para essas projeções no nosso entender, um critério ainda bem conservador.*
- d) Quando da realização das projeções das receitas operacionais, foi estimado uma taxa de crescimento moderada, porém não muito longe ao crescimento obtido por empresas do setor nos exercícios anteriores,*
- e) A elaboração de premissas e pressupostos, foram realizados dentro de uma posição moderada e em consistência com relação à performance histórica da empresa e da sua atual situação, reforçando a necessidade de diminuição de custos e despesas e busca de novos faturamentos.*



- f) Os demonstrativos financeiros que caracterizam e identificam o Plano de Recuperação apresentado, demonstram que todas as suas variáveis estão integradas e com premissas adotadas que julgamos razoáveis e com consistência.
- g) As informações pregressas de faturamento e resultados, foram superiores as projetadas em função do agravamento da crise econômica da empresa e a natural desaceleração econômica do país, ainda fortemente impactada pela pandemia de Covid-19 ocorrida.

6.2 DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PRJ

Os demonstrativos financeiros projetados a partir de todas as informações fornecidas pela direção da empresa apresentam coerência e consistência técnica, e tendo sido elaborados dentro de padrões usuais de projeções e simulações de comportamento futuros das operações da empresa.

A elaboração das premissas e pressupostos, foram realizados dentro de uma posição conservadora e com consistência com relação à *performance* histórica da empresa.

Os indicadores financeiros decorrentes das comparações entre os demonstrativos financeiros nos revelam os seguintes pontos:

- a) O EBITDA (Lucro operacional, antes dos impostos e receitas e despesas não operacionais) sobre receita operacional líquida apresentam uma constante, em uma média aproximada de 9,00%.
- b) Faturamento com crescimento anual constante e médio de 1,00% aa, composto da receita operacional bruta, está adequado e não muito distante das médias esperadas de retomada das demandas de mercado do setor;
- c) A empresa poderá apresentar nesse cenário saldos positivos e ou negativos, porém o saldo de um ano compensará o de outro e ao longo das projeções, haverá recursos disponíveis para pagamentos aos quatro tipos de credores, parcelamentos tributários e investimentos.



d) Os recursos disponíveis para pagamento aos credores sobre receita operacional bruta projetada serão suficientes para a quitação dos credores dentro do que é proposto no PRJ.

Desta forma, o PRJ, com resultados médios do setor, é viável economicamente, visto que:

a) As premissas e pressupostos para projeções dos demonstrativos financeiros de Receita Bruta, foram definidas em um cenário macroeconômico, dentro dos fundamentos da empresa e com possibilidade de geração de caixa suficiente, combinado com as medidas apresentadas no Plano;

b) Visa maximizar os recursos disponíveis para fazer frente aos compromissos, as empresas recuperandas procuraram proporcionar aos credores a plena recuperação de seus créditos, ressalte-se que rigorosamente dentro dos prazos previstos;

c) A análise dos demonstrativos financeiros contendo as medidas a serem adotadas pela empresa e que são:

1. *Reescalonamento do seu endividamento;*
2. *Reorganização administrativa e de custos de compras;*
3. *Continuação e ampliação das atividades já instaladas e novos investimentos;*
4. *Alienação de bens do ativo permanente; se necessário;*
5. *Capitalização*

Estas medidas tornarão possível a recuperação e a normalização das atividades do GRUPO PAULETTO conforme apresentadas no PRJ, obviamente se observadas à risca as projeções deste estudo, visto que se trata de projeções que poderão ser frustradas por questões que fogem ao controle dos administradores/gestores.



7 CONCLUSÃO

Portanto é nosso parecer que:

A Concessão do processamento da Recuperação Judicial, foi o ponto chave para a manutenção das atividades das empresas, sem esse benefício concedido, sucumbiria, devido a grave situação financeira em que se encontrava e com inúmeros indicadores de apontamentos de crédito.

O Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado ao Juízo de Recuperação Judicial de Empresas pelo GRUPO PAULETTO, demonstra viabilidade econômico-financeira, pois:

Analisando-se as premissas e pressupostos utilizados para as projeções dos demonstrativos financeiros, fica demonstrado que são compatíveis e dentro de padrões razoáveis usados e praticados no mercado, dentro da sua expectativa de crescimento;

Apresenta a possibilidade de normalização e continuação das atividades operacionais, do GRUPO PAULETTO, tornando possível a geração de recursos e permitindo a possibilidade de pagamentos aos credores; apenas ressalvando, que este estudo é o reflexo das atividades atuais e **projeções de incrementos mercadológicos**, levando-se em conta a manutenção de continuidade das atividades desenvolvidas pelas empresas, por parte dos empresários, proprietários do GRUPO PAULETTO.

O Plano apresentado ao Juízo demonstra:

- a) *A capacidade de geração de caixa decorrente das operações da empresa.*
- b) *Do caixa disponível projetado para os próximos anos é suficiente para a cobertura do programa de pagamento aos seus credores, rigorosamente na forma proposta.*

É nosso entendimento que a projeção das receitas brutas seja factível, de forma a poder dar aos credores, confiança de que os recursos oriundos das operações possam contribuir para viabilizar o programa de pagamento aos mesmos conforme expresso no Plano de Recuperação.

Dessa forma, após a análise das informações apresentadas, da constatação da coerência dos demonstrativos e projeções financeiras e da absoluta possibilidade e capacidade de pagamento aos credores, somos de parecer que o Plano de



Recuperação Judicial, apresenta viabilidade econômica e financeira, se cumpridas à risca, as premissas do Fluxo Projetado (abaixo) e seja feito um severo controle das despesas administrativas operacionais e financeiras, com viés de redução e controles bem acentuados.

8 PREMISSAS PROJEÇÕES

Os anexos apresentados a seguir identificam, todas as informações fornecidas pela direção GRUPO PAULETTO, para a elaboração do laudo econômico-financeiro e emissão de Parecer Técnico identificando da viabilidade do Plano.

8.1 PREMISSAS UTILIZADAS NAS PROJEÇÕES PARA OS ANOS: 01 AO

15.

Para que realizar as projeções dos resultados econômicos e financeiros, foram adotadas as seguintes premissas:

- Os custos de compras, foram projetados com base nos atuais custos, líquidos de todos os impostos creditáveis. Este grupo de custos, bem como o das despesas e custos operacionais e financeiros, variam diretamente proporcional ao faturamento projetado; porém são os que merecem especial atenção, pois exigirá maiores e melhores esforços da direção do GRUPO PAULETTO, na manutenção dos seus custos (CMV/CSV?) e despesas operacionais e administrativas em relação aos historicamente realizados.
- A projeção não contempla efeitos inflacionários, pelos mesmos motivos explanados na projeção da receita. A premissa adotada é que todo efeito inflacionário será repassado ao preço de venda projetado quando ocorrer, mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante;
- O ano 1 = carência de 12 meses para pagamento, após a data da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial; sendo que as projeções de vendas usadas como base para o cálculo das parcelas, serão as vendas brutas dos últimos 12 meses antecedentes ao pagamento das parcelas.



- Todas as projeções foram feitas em um cenário de competitividade e crescimento moderado pós pandemia;
- Outros aspectos considerados no orçamento financeiro estão relacionados às características específicas do GRUPO PAULETTO, e outras regionais, além de todas as características dos mercados;
- Uma vez definidos estes parâmetros específicos para o PRJ do GRUPO PAULETTO, foram elaboradas as simulações dos demonstrativos financeiros.

Descrevemos a seguir, detalhadamente, todas as condições, hipóteses, premissas e pressupostos adotados pela equipe de consultores na elaboração das projeções e simulações financeiras dos demonstrativos financeiros da Empresa, dando suporte ao trabalho de análise de viabilidade econômico-financeira do GRUPO PAULETTO.

1. Moeda Utilizada: O trabalho é apresentado em R\$ mil, obtidos a partir dos demonstrativos financeiros históricos.

2. Memórias de cálculo e históricos das projeções: As premissas básicas, os dados e informações necessárias para a elaboração das projeções, bem como dados históricos foram fornecidas pela equipe financeira GRUPO PAULETTO, na modelagem financeira construída, as simulações de estratégias financeiras, operacionais e administrativas foram elaboradas, considerando:

- *Crescimento das vendas brutas, na ordem de 01,00% aa, sendo que este crescimento é a partir do ano 2 até o ano 15;*
- *Comportamento custos e despesas operacionais, onde será seu foco reduzir em relação à média historicamente realizada.*
- *Depreciação e amortização dos ativos; não impactam o fluxo de caixa, pois são despesas permitidas contabilmente, porém não representam saída efetiva de caixa.*

A partir de todos os dados históricos, informações e premissas, foi elaborado o cenário, descrito a seguir no Plano de Recuperação Judicial.



3. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS.

3.1. Evolução da receita operacional bruta: Um crescimento moderado, porém constante aposta da empresa demonstrando o potencial e a magnitude do mercado singular em que atua, que não representam limitações para a expansão das atividades do GRUPO PAULETTO. Foram levados em consideração, os seguintes pontos principais:

- *Instalações, em bom estado operacionalmente ativas;*
- *Necessidade de prever manutenções, reforma ou renovação, investimentos nos equipamentos,*
- O faturamento bruto projetado para os próximos 15 anos, foi elaborado levando-se em consideração o histórico de vendas da empresa, os aspectos macroeconômicos setoriais a estratégia adotada para o Pós-Pandemia e o compromisso da diretoria, bem como novos negócios que irão alavancar o faturamento projetado.

As receitas foram projetadas de acordo com os dados históricos e com a estratégia corporativa definida por seu diretor, para os próximos anos.

3.2. Impostos sobre vendas: A contabilização do faturamento bruto deve ser registrada pelos valores totais, incluindo os redutores do faturamento bruto na Demonstração de Resultados. Além dos aspectos mercadológicos mencionados anteriormente.

3.3. Despesas operacionais e custos de mercadoria vendida e de produção (CMV/CSV): Para a projeção dos custos no orçamento, foram consideradas as premissas de mercado, o histórico da Empresa dos últimos meses, pelos demonstrativos de resultados de exercícios contábeis, o histórico setorial na região e as condições particulares e específicas do GRUPO PAULETTO, com ajustes a serem implementados pela diretoria, visando reduzir com afinco, o CSV (Custo dos Serviços Vendidos), o que merece uma especial atenção por parte da diretoria do GRUPO PAULETTO.

Cabe ainda salientar que tais informações não foram auditadas, cabendo exclusivamente ao GRUPO PAULETTO, seus sócios e aos seus prestadores de serviços contábeis e financeiros, a responsabilidade pelas informações utilizadas na confecção



deste Laudo de Avaliação Econômico-Financeiro com base nos históricos apresentados, projetamos o futuro.

9 FLUXO FINANCEIRO PROJETADO 15 ANOS

PROJEÇÃO - GRUPO PAULETTO								
PROJEÇÃO FLUXO DE CAIXA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
RECEITA BRUTA DE VENDAS	R\$ 14.983.153	R\$ 15.132.985	R\$ 15.435.644	R\$ 15.744.357	R\$ 15.901.801	R\$ 16.219.837	R\$ 16.382.035	R\$ 16.709.676
DEDUÇÕES	R\$ 1.011.363	R\$ 1.021.476	R\$ 1.041.906	R\$ 1.062.744	R\$ 1.073.372	R\$ 1.094.839	R\$ 1.105.787	R\$ 1.127.903
impostos	R\$ 988.888	R\$ 998.777	R\$ 1.018.753	R\$ 1.039.128	R\$ 1.049.519	R\$ 1.070.509	R\$ 1.081.214	R\$ 1.102.839
devoluções	R\$ 22.475	R\$ 22.699	R\$ 23.153	R\$ 23.617	R\$ 23.853	R\$ 24.330	R\$ 24.573	R\$ 25.065
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 13.971.790	R\$ 14.111.508	R\$ 14.393.738	R\$ 14.681.613	R\$ 14.828.429	R\$ 15.124.998	R\$ 15.276.248	R\$ 15.581.773
Custos	R\$ 9.221.382	R\$ 9.313.595	R\$ 9.499.867	R\$ 9.689.865	R\$ 9.786.763	R\$ 9.982.499	R\$ 10.082.324	R\$ 10.283.970
% Custos / Receita Líquida	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00
custo de serviços prestados /CSV	R\$ 9.221.382	R\$ 9.313.595	R\$ 9.499.867	R\$ 9.689.865	R\$ 9.786.763	R\$ 9.982.499	R\$ 10.082.324	R\$ 10.283.970
LUCRO BRUTO	R\$ 4.750.409	R\$ 4.797.913	R\$ 4.893.871	R\$ 4.991.748	R\$ 5.041.666	R\$ 5.142.499	R\$ 5.193.924	R\$ 5.297.803
Despesas Gerais	R\$ 3.143.653	R\$ 3.404.922	R\$ 3.473.020	R\$ 3.542.480	R\$ 3.577.905	R\$ 3.649.463	R\$ 3.685.958	R\$ 3.759.677
despesas operacionais	R\$ 2.095.769	R\$ 2.269.948	R\$ 2.315.347	R\$ 2.361.654	R\$ 2.385.270	R\$ 2.432.976	R\$ 2.457.305	R\$ 2.506.451
despesas administrativas	R\$ 1.047.884	R\$ 1.134.974	R\$ 1.157.673	R\$ 1.180.827	R\$ 1.192.635	R\$ 1.216.488	R\$ 1.228.653	R\$ 1.253.226
RESULTADO ANTES DESP FINANÇ	R\$ 1.606.756	R\$ 1.392.991	R\$ 1.420.851	R\$ 1.449.268	R\$ 1.463.761	R\$ 1.493.036	R\$ 1.507.966	R\$ 1.538.126
Resultado Financeiro Líquido	R\$ 20.958	R\$ 21.167	R\$ 21.591	R\$ 22.022	R\$ 22.243	R\$ 22.687	R\$ 22.914	R\$ 23.373
(+) receitas financeiras	R\$ 6.986	R\$ 7.056	R\$ 7.197	R\$ 7.341	R\$ 7.414	R\$ 7.562	R\$ 7.638	R\$ 7.791
(-) despesas financeiras	R\$ 27.944	R\$ 28.223	R\$ 28.787	R\$ 29.363	R\$ 29.657	R\$ 30.250	R\$ 30.552	R\$ 31.164
LUCRO LÍQUIDO	R\$ 1.585.798	R\$ 1.371.824	R\$ 1.399.260	R\$ 1.427.246	R\$ 1.441.518	R\$ 1.470.348	R\$ 1.485.052	R\$ 1.514.753
(+) Outras receitas operacionais	R\$ 0							
(-) Outras desp n operacionais/Depreciaçã	R\$ 48.901	R\$ 49.390	R\$ 50.378	R\$ 51.386	R\$ 51.900	R\$ 52.937	R\$ 53.467	R\$ 54.536
RESULTADO ANTES TRIBUTAÇÃO	R\$ 1.536.897	R\$ 1.322.434	R\$ 1.348.882	R\$ 1.375.860	R\$ 1.389.619	R\$ 1.417.411	R\$ 1.431.585	R\$ 1.460.217
(-) IRPJ E C.S.LL./Simples	R\$ 498.545	R\$ 425.627	R\$ 434.620	R\$ 443.792	R\$ 448.470	R\$ 457.920	R\$ 462.739	R\$ 472.474
RESULTADO APÓS TRIBUTOS	R\$ 1.038.352	R\$ 896.806	R\$ 914.262	R\$ 932.068	R\$ 941.148	R\$ 959.491	R\$ 968.846	R\$ 987.743
PAGAMENTOS PARCELAS RJ	R\$ 451.295	R\$ 183.797	R\$ 182.185	R\$ 180.572	R\$ 178.960	R\$ 177.348	R\$ 175.736	R\$ 174.123
(-) Classe I	R\$ 263.253	R\$ 0						
(-) Classe II e III e IV	R\$ 188.042	R\$ 183.797	R\$ 182.185	R\$ 180.572	R\$ 178.960	R\$ 177.348	R\$ 175.736	R\$ 174.123
(=) Saldo após pgto credores	R\$ 587.057	R\$ 713.009	R\$ 732.078	R\$ 751.495	R\$ 762.188	R\$ 782.143	R\$ 793.110	R\$ 813.620
(=)saldo inicial de caixa	R\$ 587.057	R\$ 713.009	R\$ 732.078	R\$ 751.495	R\$ 762.188	R\$ 782.143	R\$ 793.110	R\$ 813.620
(-) passivo não sujeito	R\$ 0							
(-) parcelamentos tributários	R\$ 0							
(-) investimentos	R\$ 500.000	R\$ 550.000	R\$ 550.000	R\$ 550.000	R\$ 600.000	R\$ 600.000	R\$ 700.000	R\$ 700.000
(=) Saldo final ano	R\$ 87.057	R\$ 163.009	R\$ 182.078	R\$ 201.495	R\$ 162.188	R\$ 182.143	R\$ 93.110	R\$ 113.620
(+) Saldo inicial	R\$ 0	R\$ 87.057	R\$ 250.067	R\$ 432.144	R\$ 633.640	R\$ 795.828	R\$ 977.971	R\$ 1.071.082
(=) Saldo final total de caixa	R\$ 87.057	R\$ 250.067	R\$ 432.144	R\$ 633.640	R\$ 795.828	R\$ 977.971	R\$ 1.071.082	R\$ 1.184.701
Ebitda	11,50%	9,87%	9,87%	9,87%	9,87%	9,87%	9,87%	9,87%
percentual de lucro líquido	0,62%	1,77%	3,00%	4,32%	5,37%	6,47%	7,01%	7,60%
percentual lucro antes do IR/CSSL	11,00%	9,37%	9,37%	9,37%	9,37%	9,37%	9,37%	9,37%
margem de caixa líquida	0,62%	1,16%	1,26%	1,37%	1,09%	1,20%	0,61%	0,73%
saldo final total de caixa	0,62%	1,77%	3,00%	4,32%	5,37%	6,47%	7,01%	7,60%
Saldo final de caixa + Depreciação	0,97%	2,12%	3,35%	4,67%	5,72%	6,82%	7,36%	7,95%



PROJEÇÃO - GRUPO PAULETTO	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	TOTAL
PROJEÇÃO FLUXO DE CAIXA								
RECEITA BRUTA DE VENDAS	R\$ 16.876.773	R\$ 17.045.540	R\$ 17.386.451	R\$ 17.560.316	R\$ 17.735.919	R\$ 17.913.278	R\$ 18.092.411	R\$ 249.120.175
DEDUÇÕES	R\$ 1.139.182	R\$ 1.150.574	R\$ 1.173.585	R\$ 1.185.321	R\$ 1.197.175	R\$ 1.209.146	R\$ 1.221.238	R\$ 16.815.612
impostos	R\$ 1.113.867	R\$ 1.125.006	R\$ 1.147.506	R\$ 1.158.981	R\$ 1.170.571	R\$ 1.182.276	R\$ 1.194.099	R\$ 16.441.932
devoluções	R\$ 25.315	R\$ 25.568	R\$ 26.080	R\$ 26.340	R\$ 26.604	R\$ 26.870	R\$ 27.139	R\$ 373.680
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 15.737.590	R\$ 15.894.966	R\$ 16.212.866	R\$ 16.374.994	R\$ 16.538.744	R\$ 16.704.132	R\$ 16.871.173	R\$ 232.304.563
Custos	R\$ 10.386.810	R\$ 10.490.678	R\$ 10.700.491	R\$ 10.807.496	R\$ 10.915.571	R\$ 11.024.727	R\$ 11.134.974	R\$ 153.321.012
% Custos / Receita Líquida	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00
custo de serviços prestados /CSV	R\$ 10.386.810	R\$ 10.490.678	R\$ 10.700.491	R\$ 10.807.496	R\$ 10.915.571	R\$ 11.024.727	R\$ 11.134.974	R\$ 153.321.012
LUCRO BRUTO	R\$ 5.350.781	R\$ 5.404.289	R\$ 5.512.374	R\$ 5.567.498	R\$ 5.623.173	R\$ 5.679.405	R\$ 5.736.199	R\$ 78.983.552
Despesas Gerais	R\$ 3.797.274	R\$ 3.835.247	R\$ 3.911.952	R\$ 3.951.071	R\$ 3.990.582	R\$ 4.030.488	R\$ 4.070.792	R\$ 55.824.483
despesas operacionais	R\$ 2.531.516	R\$ 2.556.831	R\$ 2.607.968	R\$ 2.634.047	R\$ 2.660.388	R\$ 2.686.992	R\$ 2.713.862	R\$ 37.216.322
despesas administrativas	R\$ 1.265.758	R\$ 1.278.416	R\$ 1.303.984	R\$ 1.317.024	R\$ 1.330.194	R\$ 1.343.496	R\$ 1.356.931	R\$ 18.608.161
RESULTADO ANTES DESP FINANC	R\$ 1.553.507	R\$ 1.569.042	R\$ 1.600.423	R\$ 1.616.427	R\$ 1.632.591	R\$ 1.648.917	R\$ 1.665.406	R\$ 23.159.069
Resultado Financeiro Líquido	R\$ 23.606	R\$ 23.842	R\$ 24.319	R\$ 24.562	R\$ 24.808	R\$ 25.056	R\$ 25.307	R\$ 348.457
(+) receitas financeiras	R\$ 7.869	R\$ 7.947	R\$ 8.106	R\$ 8.187	R\$ 8.269	R\$ 8.352	R\$ 8.436	R\$ 116.152
(-) despesas financeiras	R\$ 31.475	R\$ 31.790	R\$ 32.426	R\$ 32.750	R\$ 33.077	R\$ 33.408	R\$ 33.742	R\$ 464.609
LUCRO LÍQUIDO	R\$ 1.529.901	R\$ 1.545.200	R\$ 1.576.104	R\$ 1.591.865	R\$ 1.607.783	R\$ 1.623.861	R\$ 1.640.100	R\$ 22.810.612
(+) Outras receitas operacionais	R\$ 0							
(-) Outras desp n operacionais/Depreciaç	R\$ 55.082	R\$ 55.632	R\$ 56.745	R\$ 57.312	R\$ 57.886	R\$ 58.464	R\$ 59.049	R\$ 813.066
RESULTADO ANTES TRIBUTAÇÃO	R\$ 1.474.819	R\$ 1.489.567	R\$ 1.519.358	R\$ 1.534.552	R\$ 1.549.898	R\$ 1.565.397	R\$ 1.581.051	R\$ 21.997.546
(-) IRPJ E C.S.LL./Simples	R\$ 477.438	R\$ 482.453	R\$ 492.582	R\$ 497.748	R\$ 502.965	R\$ 508.235	R\$ 513.557	R\$ 7.119.166
RESULTADO APÓS TRIBUTOS	R\$ 997.381	R\$ 1.007.114	R\$ 1.026.777	R\$ 1.036.804	R\$ 1.046.932	R\$ 1.057.162	R\$ 1.067.493	R\$ 14.878.380
PAGAMENTOS PARCELAS RJ	R\$ 172.511	R\$ 170.899	R\$ 169.287	R\$ 167.674	R\$ 166.062	R\$ 164.450	R\$ 162.838	R\$ 2.877.737
(-) Classe I	R\$ 0	R\$ 263.253						
(-) Classe II e III e IV	R\$ 172.511	R\$ 170.899	R\$ 169.287	R\$ 167.674	R\$ 166.062	R\$ 164.450	R\$ 162.838	R\$ 2.614.484
(=) Saldo após pgto credores	R\$ 824.869	R\$ 836.215	R\$ 857.490	R\$ 869.130	R\$ 880.870	R\$ 892.712	R\$ 904.656	R\$ 12.000.644
(=)saldo inicial de caixa	R\$ 824.869	R\$ 836.215	R\$ 857.490	R\$ 869.130	R\$ 880.870	R\$ 892.712	R\$ 904.656	R\$ 12.000.644
(-) passivo não sujeito	R\$ 0							
(-) parcelamentos tributários	R\$ 0							
(-) investimentos	R\$ 800.000	R\$ 800.000	R\$ 800.000	R\$ 800.000	R\$ 900.000	R\$ 900.000	R\$ 900.000	R\$ 10.650.000
(=) Saldo final ano	R\$ 24.869	R\$ 36.215	R\$ 57.490	R\$ 69.130	-R\$ 19.130	-R\$ 7.288	R\$ 4.656	R\$ 1.350.644
(+) Saldo inicial	R\$ 1.184.701	R\$ 1.209.571	R\$ 1.245.786	R\$ 1.303.276	R\$ 1.372.406	R\$ 1.353.276	R\$ 1.345.988	R\$ 1.350.644
(=) Saldo final total de caixa	R\$ 1.209.571	R\$ 1.245.786	R\$ 1.303.276	R\$ 1.372.406	R\$ 1.353.276	R\$ 1.345.988	R\$ 1.350.644	
Ebitda	9,87%	9,87%	9,87%	9,87%	9,87%	9,87%	9,87%	9,97%
percentual de lucro líquido	7,69%	7,84%	8,04%	8,38%	8,18%	8,06%	8,01%	0,58%
percentual lucro antes do IR/CSSL	9,37%	9,37%	9,37%	9,37%	9,37%	9,37%	9,37%	9,47%
marginem de caixa líquida	0,16%	0,23%	0,35%	0,42%	-0,12%	-0,04%	0,03%	0,58%
saldo final total de caixa	7,69%	7,84%	8,04%	8,38%	8,18%	8,06%	8,01%	0,58%
Saldo final de caixa + Depreciação	8,04%	8,19%	8,39%	8,73%	8,53%	8,41%	8,36%	6,51%

PAULO SERGIO DE ARAUJO:63 593998904
 Assinado de forma digital por PAULO SERGIO DE ARAUJO:63593998904
 Dados: 2024.02.09 14:01:28 -03'00'

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
 Contador - CRC-PR 045.147/O-5

Cascavel - PR, 31 de janeiro 2024.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
 Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: P:J5LA A6377 LYBM9 GAN9D